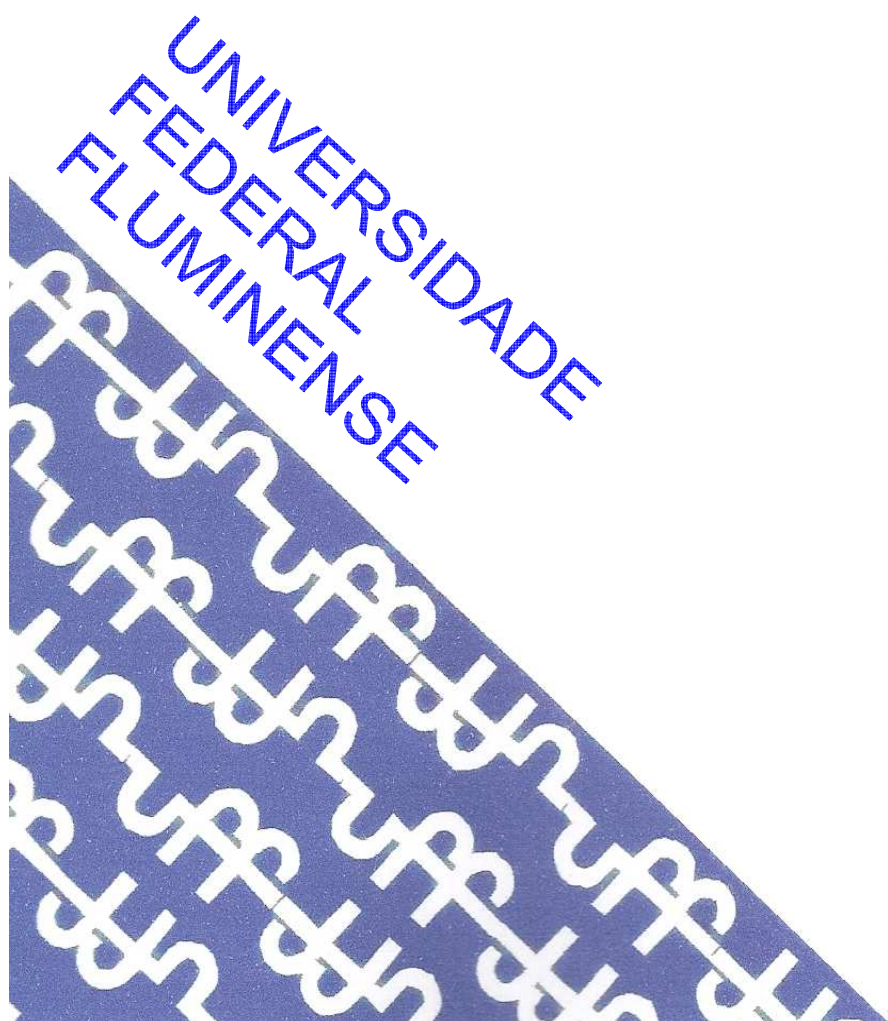


ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

Ana Paula Bernardes da Silva

**Programa Bolsa Família: Mudanças e continuidades na vida das
mulheres beneficiárias da cidade de Machado- MG**



NITERÓI, RJ
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS – MODALIDADE MINTER

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: MUDANÇAS E CONTINUIDADES NA VIDA
DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DA CIDADE DE MACHADO – MG.**

Ana Paula Bernardes da Silva

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Políticas Sociais da UFF, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Rita de Cássia Santos Freitas

MACHADO – MG

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Ana Paula Bernardes da.

Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na vida das mulheres beneficiárias da cidade de Machado - MG / Ana Paula Bernardes da Silva. – 2012.

78 f.

Orientador: Rita de Cássia Santos Freitas.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2012.

Bibliografia: f. 64-68.

1. Programa Bolsa Família. 2. Brasil. 3. Política social. 4. Mulher; aspecto social. 5. Machado (MG). I. Freitas, Rita de Cássia Santos. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD 362.5820981

Dedicatória

Às duas mulheres que me permitem, a cada dia, conhecer o verdadeiro sentido do amor. Minha mãe D. Benedita e minha filha Sophia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que me guia sempre dando-me luz e perseverança para caminhar.

À minha mãe amada e gentil que cuidou de mim e de Sophia durante esses dois anos para que este projeto pudesse ser concluído. Devo esta conquista à senhora. OBRIGADA MÃE!

Agradeço ao meu marido Roberto pela troca de conhecimentos. Nossas discussões sobre os temas abordados ao longo desse Mestrado foram de extrema importância para mim. Sua visão humanista frente aos problemas sociais foi fundamental para meu aprendizado. É muito bom caminharmos juntos.

À minha orientadora Rita Freitas por todo conhecimento que me foi transmitido ao longo desse curso. Agradeço pela acessibilidade, pela atenção, carinho e dedicação com que conduziu este trabalho.

Aos professores Monica, Lenaura, João e Nivia. Foram momentos de aprendizagem divertidos e inesquecíveis! Vocês são muito especiais!

Agradeço novamente à professora Monica Senna e à professora Monica Alencar que gentilmente aceitaram o convite para compor a Banca Examinadora.

Às moradoras de Douradinho por terem sido solícitas e dividirem suas histórias de vida comigo.

À minha sogra D. Benedita Órfão pelas orações ao longo desse curso. Mesmo não estando mais fisicamente entre nós, sinto sua presença nos abençoando.

Finalizo agradecendo ao amor da minha vida, minha filha Sophia. Razão do meu viver. Você me possibilitou viver intensamente este

mestrado. Estudar sobre mulheres, maternidade e famílias foi estudar sobre nós, nosso universo, nossas vidas. Com vinte dias de nascimento, em meio ao período de amamentação, voltei-me para os textos, mergulhei nos estudos. Não foi um período fácil pra nós, mas conseguimos! E eu me pergunto se tudo valeu a pena. É claro que sim! Como já dizia o poeta Fernando Pessoa *“Tudo vale a pena, se a alma não é pequena.”*

O senhor mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra montão.

(Guimarães Rosa, 1956, Grande Sertão Veredas).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar o Programa Bolsa Família e seus rebatimentos na vida das mulheres rurais beneficiárias deste programa. A pesquisa foi realizada no Distrito de Douradinho, bairro rural pertencente à cidade de Machado-MG. A pesquisa envolveu uma dimensão qualitativa, utilizando como metodologia a história oral. Através de trinta e seis entrevistas que nos possibilitaram conhecer a realidade vivida por estas mulheres do campo, buscamos conhecer o perfil da beneficiária do Programa Bolsa Família, moradora da zona rural. Nosso foco nesse trabalho foi analisar quais as transformações ocorridas na dinâmica familiar, na auto-estima e nas relações interpessoais dessas mulheres a partir da inserção neste programa de transferência de renda. Os resultados desta pesquisa nos permitem afirmar que o Programa Bolsa Família cumpre seu objetivo em promover um alívio imediato para a pobreza, já que todas afirmaram a importância econômica do benefício. No entanto, mudanças nas relações de gênero ou aumento da auto-estima não foram vivenciadas pelas beneficiárias rurais. Estas apresentaram uma identidade centrada na maternidade, reafirmando uma exclusiva dedicação à família. Mostrando-nos pouco ou nenhum empoderamento em suas vidas.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família – Mulheres rurais – Famílias

ABSTRACT

This study aims to investigate the Bolsa Família and its repercussions on the lives of rural women beneficiaries of this program. The survey was conducted in the District of Douradinho, rural district belonging to the city of Machado-MG. The research involved a qualitative dimension, using oral history as methodology. Through thirty-six interviews that enabled us to know the reality experienced by these women from the countryside, we know the profile of the beneficiary of Bolsa Família, a resident of rural area. Our focus in this study was to analyze what changes occurred in family dynamics, self-esteem and interpersonal relationships of these women from the insertion of this income transfer program. These results allow us to state that the Bolsa Família Program accomplishes its objective to promote an immediate relief to poverty, since they all affirmed the importance of the economic benefit. However, changes in gender relations and increased self-esteem were not experienced by rural beneficiaries. These showed an identity centered on motherhood, reaffirming an exclusive devotion to family. Showing us little or no empowerment in their lives.

Keywords: Family Grant Program - Rural Women - Families

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>A cidade de Machado</i>	12
<i>Procedimentos Metodológicos</i>	14
CAPÍTULO I: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO À POBREZA, PROTEÇÃO SOCIAL E GÊNERO	16
1.1 Gênero, Famílias e Redes	17
1.2 Proteção social e Famílias - Refletindo esta relação	27
1.3 Proteção Social e Famílias – A realidade brasileira	29
1.4 O Programa Bolsa Família	37
CAPÍTULO II: MACHADO, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GÊNERO	40
2.1 A cidade de Machado	41
2.2 Empoderamento, Gênero e Programa Bolsa Família	46
2.3 Os resultados da pesquisa	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
BIBLIOGRAFIA	64
ANEXOS	69
ANEXO I – ROTEIRO DE ENTREVISTA	
ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	
ANEXO III – QUADRO I – Perfil das beneficiárias	
ANEXO IV – QUADRO II – Relação das beneficiárias com o Programa Bolsa Família	

APRESENTAÇÃO

O Programa Bolsa Família é considerado um dos programas sociais de maior importância dos últimos tempos, pois atualmente atende mais de 13.000.000 famílias, tendo como objetivo intervir no ciclo de pobreza que se perpetua entre as famílias pobres e miseráveis de nosso país. O programa tem como principal beneficiária a mulher, que passa a ser sujeito ativo neste processo, já que é ela quem recebe preferencialmente o benefício e decide como gastar este dinheiro.

Os objetivos do programa são claros: erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento das famílias. No entanto, acredito que o programa possa alterar as relações de gênero já que oferece renda a quem antes não tinha. A mulher, dona de casa, mãe e responsável pela gestão doméstica passa a receber uma renda mensal, e pode decidir sobre o destino que é dado a este valor. Dessa forma, pode-se ganhar mais autonomia, maior independência e outras formas de empoderamento, que não estão entre os objetivos do programa mas podem ser conseguidas indiretamente¹. Embora não possamos esquecer que o fato da mulher ser a principal beneficiária do programa também reafirma o papel desta mulher como responsável pela casa e pela família, bem como seu papel materno.

Acredita-se que as usuárias do programa adquirem maior autonomia financeira, pois são elas que administram esta renda, não só recebendo o dinheiro, mas também decidindo sobre o que será comprado com o mesmo; além disso, as beneficiárias podem participar dos programas complementares, os quais incluem cursos de capacitação e palestras nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

¹ Optamos por não inserir neste momento a discussão acerca do empoderamento, Ela será abordada no segundo capítulo – juntamente com os resultados da pesquisa. Por enquanto, é importante enfatizar que “o empoderamento envolve o aprendizado de novas atitudes, uma tomada de consciência do sujeito com relação a sua situação de subordinado, preconizando a decisão de agir em seu benefício, para sair da situação de exclusão e falta de poder, fazendo um levantamento de competências e recursos necessários para maior controle de suas vidas” (CARVALHO, 2012, p. 45).

Estes programas podem colaborar para que estas mulheres aumentem sua auto-estima pois desenvolvem a noção de pertencimento, podem expor suas opiniões em grupo, valorizando sua individualidade, valorizando seu saber, há apreensão de novas informações, estimulando maior sustentação e autonomia. Além disso, o programa pode romper com o isolamento social dessas mulheres, já que passam a circular mais vezes para fazer suas compras ou para participarem dos programas complementares, sendo assim, há uma maior visibilidade pois passam a ocupar os espaços públicos.

Assim a presente dissertação de mestrado tem como objetivo analisar as transformações ocorridas na vida das mulheres rurais, beneficiárias do Programa Bolsa Família da cidade de Machado, sul de Minas Gerais a partir da entrada das mesmas neste importante programa de transferência de renda. Dessa forma, analisarei quais as mudanças e continuidades na vida das beneficiárias machadenses, do bairro rural de Douradinho. Este valor recebido mensalmente altera sua situação econômica, bem como suas relações interpessoais são modificadas em função do valor monetário recebido pelo programa? Estas mulheres passam a ser mais respeitadas no ambiente familiar em função do recebimento do benefício? As beneficiárias têm acesso aos programas complementares do Programa Bolsa Família (PBF)? O PBF conta com as atividades dos CRAS para maior integração das beneficiárias com a sociedade e com elas próprias através de palestras, cursos e informações. Estas atividades acontecem no CRAS de Machado? Se afirmativo, pode-se dizer que as beneficiárias aumentaram sua auto-estima, participam mais ativamente de eventos sociais, ou das questões sociais de sua cidade em função de participarem do programa? Há maior participação na esfera pública após ingressarem no programa? O que permaneceu? Quais foram as continuidades? O programa realmente trouxe mudanças significativas na vida dessas mulheres?

Minha proposta é fazer um estudo sobre a vida destas mulheres, e o impacto deste programa de transferência de renda no cotidiano destas. Também acredito ser importante fazer um levantamento sobre o perfil destas mulheres, pois os estudos mostram que as beneficiárias além de serem pobres, são negras em sua maioria, com baixa escolaridade, solteiras ou separadas, que criam sozinhas seus filhos. No entanto, como é essa realidade no mundo rural, mais especificamente, na cidade de Machado? Pretendo estudar este universo feminino cheio de vulnerabilidades e exclusões, mas, sobretudo, marcado por lutas e vitórias.

O estudo pelo universo da categoria “gênero” iniciou-se em minha primeira pesquisa acadêmica, quando concluí minha pós-graduação em Gestão de Negócios em 2006, estudando o “Perfil da Administração Feminina”; nesta época já me despertava interesse toda a literatura sobre este tema envolvendo as mulheres e o mercado de trabalho. Em 2009 tive contato com um grupo de costureiras da zona rural da cidade de Machado, mas especificamente com a Associação de costureiras do bairro da Caiana, e, estreitando relações com estas mulheres pude conhecer um pouco mais sobre suas vidas, suas relações pessoais, seus trabalhos, suas vulnerabilidades seus sonhos. Em 2010 iniciei o Mestrado em Políticas Sociais e estudando sobre avaliações de políticas públicas na disciplina “Avaliação de Políticas Sociais” ministrada pela Professora Lenaura, tive contato com as avaliações sobre o Programa Bolsa Família, e, me vi interessada por esta política, já que seria uma oportunidade de estudar sobre a vida de mulheres pobres como as costureiras da Caiana tendo como enfoque a participação dessas mulheres em uma política pública como um Programa de Transferência de Renda intitulado Programa Bolsa Família.

Desde as últimas décadas agentes governamentais e a sociedade civil se vêem diante de um desafio que se arrasta por anos; este desafio é chamado de erradicação da pobreza presente na vida de milhares de brasileiros. Esta triste realidade vem acompanhada de problemas complexos como a exclusão social, o desemprego ou subemprego, e juntamente com todos estes problemas vemos que a pobreza tem sexo e cor. As mulheres vivem a herança deste país que por anos, assistiu a presença feminina sempre em ocupações menos significativas ou, simplesmente, sendo submissas aos homens. Estas diferentes oportunidades oferecidas a homens e mulheres se refletem neste quadro de miséria que assombra este país o qual luta para crescer gerando melhores condições de vida para toda sua população.

Diante desta realidade, os programas de transferência de renda oferecem uma proposta de intervenção neste ciclo de pobreza ao contribuir com uma renda mensal fixa às famílias pobres dando prioridade às mulheres como principais beneficiárias deste programa, que é fruto da integração de outros programas sociais, e tem, dentre seus objetivos, promover o alívio imediato da pobreza e propiciar o desenvolvimento para as famílias, através dos programas complementares. Entendo que o Programa Bolsa Família tenha se tornado um dos principais programas de combate à fome no Brasil, uma vez que para muitas famílias pobres, os benefícios deste programa seriam a única possibilidade de obtenção de renda. Dessa forma analisarei o impacto deste programa na vida destas beneficiárias da cidade de Machado. Para isso, é importante conhecer um pouco mais dessa cidade.

A cidade de Machado

A cidade de Machado encontra-se localizada no sul de Minas Gerais, sendo considerada uma cidade estratégica já que está próxima das três importantes capitais do sudeste: Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo dados do IBGE de 2010 a cidade possui aproximadamente 40.000 habitantes, sendo este total dividido em 19.341 homens e 19.343 mulheres. A população urbana corresponde a 32.068 habitantes, enquanto a zona rural engloba 6.616 pessoas.

Na área da saúde há um único hospital, uma unidade do NAPS (Núcleo de assistência psicossocial), além de cinco PSFs (Programa de Saúde da Família). No campo da educação a cidade possui cerca de quarenta escolas que oferecem o ensino fundamental, pré-escola e médio. Além de duas faculdades que oferecem o ensino superior. Destaca-se a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do sul de Minas, IFSULDEMINAS, que possui cursos que vão do ensino fundamental ao superior, promovendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. A cidade possui grandes empresas na área alimentícia como a “Santa Amália” e a “Reserva de Minas” que juntas, geram cerca de 2000 empregos. Além de várias micro e pequenas empresas como confecções e facções² voltadas para atender o contingente feminino de mão-de-obra. No entanto, a principal atividade econômica da cidade é a cafeicultura. Machado é marcada por grandes fazendas e fazendeiros, configurando em sua extensa zona rural, com população ativa que trabalha e mora no campo, o que traz um perfil específico para a cidade.

Nesta população rural, sobretudo formada por muitas mulheres, é comum a prática da Agricultura Familiar, onde a família se organiza e se sustenta com seu próprio trabalho³. Observa-se também, em função da grande presença feminina na zona rural, a criação de Associações de Costureiras que configuram em uma forma a mais de sustento para estas mulheres.

É também uma cidade festeira. Esta cidade do sul de Minas possui uma grande festa folclórica denominada Festa de São Benedito, que acontece no mês de Agosto de todos os anos. Esta festa mostra quão forte é o catolicismo na cidade, sendo organizada pelos Católicos que passam a ser denominados “Festeiros”. Estes Festeiros ficam responsáveis por arrecadarem objetos

² No Brasil, "facção"[1] é o nome dado às indústrias de confecções e vestuário que fazem seus serviços exclusivamente para outras empresas de confecções, seja indústria ou comércio

³ A agricultura familiar caracteriza-se pela relação entre terra, trabalho e família, e apresenta uma série de especificidades e diferenciação regional/local que assegura sua inserção e reprodução na sociedade contemporânea. Apresenta uma relação íntima entre terra, trabalho e família, onde a gerência, o trabalho são realizados pela família e os meios de produção lhes pertencem. Caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção e ao mesmo tempo é a principal responsável pela efetivação do trabalho (SILVA e MENDES, 2009, p. 11).

que serão leiloados durante o evento, além de organizarem todos os preparativos juntamente com os Congadeiros, que representam o lado folclórico da festa. A cidade possui a Associação dos Congadeiros, formada por negros que se reúnem e realizam atividades durante todo o ano, com apresentações de Congadas que culminam com a Festa de São Benedito. Durante a festa, acontecem as Congadas, com rituais e apresentações durante os quinze dias de festa. O evento mais importante da cidade de Machado acontece na Praça de São Benedito, local de encontro de negros e congadeiros. A Praça também abriga a Igreja de São Benedito, onde as missas são marcadas pelas músicas alegres e pelas vestes coloridas dos congadeiros. Durante o evento, a cidade se movimenta com a presença de dezenas de visitantes, que se encantam com toda a tradição e aproveitam para degustar os quitutes que marcam esta festa, como o famoso biscoito com pernil, oferecido nas várias barracas que são montadas em toda a Praça de São Benedito. A cidade é marcada pelo clima temperado de inverno, com verões chuvosos e um território montanhoso. Pode-se dizer que as montanhas protegem a cidade que tem um povo hospitaleiro e desconfiado como todo bom mineiro.

A cidade possui atualmente 3.838 famílias cadastradas no Cadúnico, dessas famílias 1.888 recebem o Bolsa Família. Neste total há 3021 crianças e jovens até 15 anos e 235 jovens entre 16 e 17 anos. Existe uma única unidade do CRAS e outra em construção. Levando em consideração a extensa e característica zona rural da cidade de Machado, foi que busquei através desta pesquisa um olhar diferenciado sobre as beneficiárias do PBF. Por isso, escolhi analisar as beneficiárias de um bairro rural chamado Douradinho.

Assim, tive como objetivo analisar as possíveis mudanças ocorridas na dinâmica familiar das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no Bairro de Douradinho na cidade de Machado, sul de Minas Gerais. Além disso, elenco como objetivos específicos: traçar o perfil dessas beneficiárias; investigar se houve aumento da auto-estima dessas mulheres em função de ingressarem no Programa; avaliar se houve, a partir da existência de uma renda fixa mudanças nas relações interpessoais dessas mulheres com seus filhos, maridos e vizinhos; investigar se as beneficiárias do PBF passaram a frequentar os espaços públicos, ou se intensificaram essa frequência a partir do recebimento do benefício e analisar como vem se construindo as redes de sociabilidade entre essas mulheres.

Procedimentos Metodológicos

Este trabalho buscou analisar a realidade das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Dessa forma, utilizei-me da história oral para fazer o contato com essas mulheres, analisando por meio de suas falas as mudanças e as continuidades acontecidas a partir do programa.

Para ouvir a voz das mulheres rurais que recebem este benefício em Machado, utilizei como técnica de pesquisa a entrevista qualitativa pois esta *“fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação.”* (GASKELL, 2003, p. 65). Foi através de suas falas que conheci suas opiniões, suas experiências, seus sonhos, suas expectativas enquanto mulheres do campo.

Acredito nesta técnica como importante instrumento de aproximação com os sujeitos sociais em questão já que esta *“se caracteriza por uma comunicação verbal, que reforça a importância da linguagem e do significado da fala”*. (NETO, 1994, p. 57). Além disso, *“toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca.”* (GASKELL, 2003, p. 73)

Busquei, enquanto pesquisadora, *acolher* um relato, já que segundo BONAZZI (1996, p. 234), *“o informante não colhe, não cria, mas acolhe um relato que irá depois difundir.”* Estes relatos foram colhidos através de entrevistas semi-estruturadas já que achei importante ter em mãos um roteiro de perguntas, mas também dar espaço para que as entrevistadas pudessem falar sobre algo não pensado por mim.

A cidade de Machado possui uma extensa zona rural, sendo assim, enfrentei certa dificuldade em determinar o bairro a ser pesquisado. Em contato com o CRAS da cidade pude obter informações sobre as beneficiárias de alguns bairros rurais, já que uma pesquisa havia sido feita com todas as beneficiárias do programa, moradoras da zona rural.

A partir daí pude ter acesso às beneficiárias do bairro de Douradinho conhecido pela grande presença feminina e ativa no bairro. O Distrito de Douradinho pertence ao município de Machado, e possui data de fundação anterior à da própria cidade e também pertenceu à cidade de Paraguaçu, isto no século XIX.

Diz a história que o Distrito poderia ter sido a capital de Minas Gerais, mas que com a escassez de água potável, isto não foi possível. Com aproximadamente 400 anos, Douradinho hoje possui cerca de 1700 habitantes e tem como principal atividade econômica a cafeicultura, seguida

da agricultura e pecuária. O local se destaca pelos pequenos produtores rurais, na sua maioria autônomos que vivem sob o regime da agricultura familiar. Além disso, há um pequeno comércio local, com mercado, lanchonetes e uma associação de costureiras.

Douradinho possui uma unidade do PSF, um posto de saúde com médicos, enfermeiros e dentistas. No campo da educação possui uma escola estadual de 1º e 2º grau que atende cerca de 300 crianças e jovens. Também possui uma creche com aproximadamente 70 crianças de 1 a 5 anos. Há também um Telecentro comunitário que oferece aulas de informática a toda população que conta com uma conexão de internet gratuita desde 2009. Na área da segurança pública, foi implantado um Posto Policial para atender a comunidade.

As atividades de lazer acontecem no Clube Recreativo que conta com piscina, quadra esportiva e salão para eventos. Existe uma Igreja Católica no local, que fica no centro do Distrito, e as residências são construídas ao redor da Igreja. As festas da comunidade são constantes e atraem um público externo ao Distrito. Na sua grande maioria são festas ligadas à comemorações religiosas, sendo grande a influência do padre na comunidade. Também existem três igrejas evangélicas com as seguintes denominações: duas são Assembléia de Deus e uma Congregação Cristã do Brasil.

Escolhi a comunidade de Douradinho pela identificação com o local. Por já ter contato com alguns moradores do bairro, sempre admirei a forma como vivem as pessoas desse distrito e principalmente a influência feminina nas decisões políticas e administrativas dessa comunidade rural. Finalizo, afirmando que acredito na importância de se ouvir os sujeitos das políticas sociais, aqui as beneficiárias do PBF. Poder conhecer as angústias, perspectivas e sonhos dos sujeitos sociais é o caminho seguro para se conhecer sobre a efetividade de uma política social. Também ressalto a importância de pensarmos este programa de transferência de renda sob uma perspectiva de gênero tendo como campo de pesquisa as mulheres rurais.

Essa dissertação está dividida em dois capítulos. O primeiro discute a proteção social oferecida pelas famílias informalmente e a proteção oferecida pelo Estado através das políticas públicas de atenção à pobreza, em especial, o programa Bolsa Família. As discussões em torno das políticas sociais e o universo de gênero também serão abordadas neste capítulo inicial. O segundo capítulo traz os resultados desta pesquisa, além de uma breve história da cidade de Machado e do bairro rural de Douradinho, local de realização da pesquisa.

CAPÍTULO I

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO À POBREZA, PROTEÇÃO SOCIAL E GÊNERO

Neste capítulo discutirei sobre as políticas públicas, em especial sobre o Programa Bolsa Família. Porém antes de falarmos sobre o PBF, abordarei a temática proteção social e gênero pois o universo de gênero está intimamente ligado com o tema deste trabalho que tem como foco a mulher, beneficiária do Programa Bolsa Família. Trouxe neste capítulo uma pequena discussão sobre os papéis impostos a homens e mulheres ao longo dos anos e toda esta herança de gênero presente na vida das beneficiárias do PBF na cidade de Machado, sul de Minas Gerais.

Esta dissertação reflete acerca das políticas de atenção à pobreza no Brasil, em especial seus rebatimentos na vida das mulheres de Machado. Dessa forma, farei uma análise sobre a proteção social oferecida pelo Estado através dos programas de transferência de renda como o PBF e a proteção social informal, exercida pela família. Entendo que esta proteção social informal seja tão importante e presente quanto a proteção social formal oferecida pelo Estado, como discutirei neste capítulo.

As políticas sociais no Brasil serão abordadas seguindo uma sequência cronológica das principais conquistas a partir da era Vargas, época marcada pelas conquistas trabalhistas. Seguirei mostrando os direitos que foram sendo assegurados à população ao longo dos anos. Abordarei sobre as importantes mudanças acontecidas na década de 80 que marcaram a história da política social brasileira, culminando com a Constituição de 1988 e todas as transformações que esta constituição trouxe para a seguridade brasileira. No campo da Assistência social, falarei sobre a importância deste programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família, sua origem e seus objetivos.

Mas, como já anunciei, antes de falarmos sobre políticas públicas, em especial sobre o programa Bolsa Família, teceremos algumas reflexões acerca da temática proteção social e gênero.

1.1 GÊNERO, FAMÍLIAS E REDES

Ao longo dos anos as características atribuídas a cada sexo foram sendo concretizadas nas sociedades, definindo o que era “ser homem” e o que era “ser mulher”. Ao homem cabia o papel de provedor, o sujeito ativo da relação, aquele que manda, detentor do poder de decidir sobre sua vida e sobre a vida dos que o cercavam. O “ser homem”, deveria ser representado pela força, coragem, vigor, inteligência, aquele que traria o sustento e a proteção à mulher, aos filhos e a todos aqueles que necessitassem de sua proteção. A mulher deveria desempenhar o papel de mãe e esposa, submissa ao marido provedor, era responsável pelos afazeres domésticos, pela criação e cuidado com os filhos e toda a família. A submissão ao homem deveria ser uma característica feminina seja em que fase da vida esta mulher estivesse: quando filha, deveria obedecer ao pai, esposa ao marido, e viúva, obedeceria ao filho mais velho. Dessa forma, a mulher era a representação do delicado, do puro. O isolamento doméstico também era algo extremamente importante para a representação do que deveria “ser uma mulher”, pois os espaços públicos só poderiam ser ocupados pelos homens. Sendo assim, as mulheres eram tidas como fracas e desprotegidas, mas, com uma ambiguidade que merece nossa admiração, elas também eram protetoras e responsáveis, já que a criação dos filhos era tarefa exclusivamente feminina.

Estes papéis acabaram por nortear as atribuições de homens e mulheres, estipulando os deveres de cada sexo na dinâmica familiar e na vida em sociedade. A figura da mulher foi privatizada e restrita ao ambiente doméstico, a responsável pelo lar tranquilo e seguro deveria se ater ao espaço interno da casa. O trabalho feminino fora do ambiente doméstico era visto como indevido pelo mercado, já que o trabalho “natural” da mulher estava restrito ao ambiente doméstico exercendo o papel de mãe e esposa.

Segundo Castells esta subalternidade feminina em relação ao homem assenta-se na estrutura do patriarcalismo, presente na origem das sociedades contemporâneas. Importante ressaltar que, há uma prevalência do patriarcalismo na estrutura familiar, mas para que esta autoridade masculina possa ser exercida no ambiente familiar é necessário que também esteja presente em toda organização da sociedade como assegura Castells ao definir a estrutura do patriarcalismo:

Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher, e filhos no âmbito familiar. Para que esta autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura.(CASTELLS, 1999, p. 169)

Sendo assim o que importa é entender que essas representações e práticas não são naturais, ao contrário, são construídas socialmente, por isso, a importância do conceito de gênero que deve ser entendido como “*algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o.*” (LOURO, 2008). Além disso, segundo esta mesma autora, as concepções de gênero diferem de acordo com o momento histórico e com a sociedade em análise.

Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 2008, p. 23)

1.1.1 – O trabalho feminino e a família

Assim, as desigualdades entre homens e mulheres têm sua origem não nas diferenças biológicas mas na história e nas formas de representação. Como consequência desse cotidiano de gênero as mulheres tiveram que romper enormes barreiras para ganharem espaço no mercado de trabalho. Ao analisar o trabalho feminino percebe-se – considerando que as mulheres pobres sempre trabalharam – que foi a partir dos anos 70, que o trabalho das mulheres ganha maior visibilidade e legitimidade nos espaços público, uma vez que as mulheres da classe média entraram em maior quantidade no mercado de trabalho. Nas universidades ganharam em número e elevaram a escolaridade feminina. O movimento feminista ressurgiu ganhando força, e com ele, estudos sobre o universo feminino. Novos conceitos surgiram em meio a este movimento como o conceito de Gênero, que passa a colocar em discussão os papéis impostos aos sexos e sua relação com o ambiente cultural e social onde homens e mulheres estão inseridos. Este conceito de gênero trouxe consigo a “desnaturalização” das categorias homem e mulher, objetivando pensá-los segundo uma construção simbólica e cultural.

Ainda refletindo sobre o trabalho feminino, foi a partir dos anos 1990 que as mudanças econômicas e políticas por que passou o país, possibilitaram a criação de um novo cenário social. A imensa terceirização que marcou esta década possibilitou uma intensa inserção das mulheres no mundo do trabalho em função do aumento da prestação de serviços, local que agrega um número considerável de mulheres. No entanto, é nesta ocupação que se encontra o trabalho doméstico, marcado por baixos salários que exprimem o drama da pobreza feminina. Saliento que as mulheres pobres, foco desta pesquisa, sempre trabalharam. Enfrentando preconceitos e vendo seu trabalho desvalorizado, estas mulheres, em sua grande maioria exercem justamente estas funções tidas como “naturais às mulheres”, como babás e empregadas domésticas.

O mercado de trabalho também seleciona as atividades que serão executadas por homens e mulheres, de acordo com a qualificação dos mesmos, mas sobretudo, refletindo as formas de representação dos sexos, construídas histórica e culturalmente. Esta divisão sexual do trabalho também pode ser visualizada no mercado de trabalho formal como assegura Hirata:

Os homens e as mulheres são separados por setor de atividade (indústria, serviços, etc.), pela qualificação e pelo tipo de trabalho efetuado. Mesmo se as mulheres e os homens exercem a mesma atividade, como trabalhadores não-qualificados na indústria, muito raramente têm o mesmo tipo de tarefas e não são facilmente intercambiáveis (HIRATA, 2002, p.176).

Sabe-se que as atribuições femininas foram ligadas ao ato de ensinar, tratar, assistir, como uma tripla missão que constitui a base de profissões femininas. (PERROT, 1999, p. 508). Dessa forma, é como se o mercado de trabalho fosse aberto para as mulheres, mas com profissões já pre-determinadas.

Além disso, as mulheres, ainda hoje, precisam conviver com as diferenças salariais mantidas pelo mercado, pois ganham menos que os homens, mesmo quando ocupam os mesmos cargos. A dupla jornada de trabalho também dificulta a vida profissional feminina, em função das consequências de uma sobrecarga de trabalho. Dessa forma, percebe-se quantas dificuldades são enfrentadas para romper com esta herança de gênero que coloca o trabalho feminino como inferior ao trabalho masculino.

Segundo os dados da PME – pesquisa mensal de emprego – que analisa a mulher no mercado de trabalho, ainda é muito grande a presença feminina nas atividades domésticas. Segundo dados coletados em 2010 pelo IBGE, a participação das mulheres ocupadas no grupamento que incluía os Serviços Domésticos foi quase absoluta, correspondendo a 97,5%, seguido pelo

grupamento da Administração Pública que correspondeu a 63,2%. É importante salientar que a Administração Pública é o local onde as diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam os mesmos cargos não acontecem, uma vez que existe uma padronização de salários. No entanto, estas diferenças aparecem ao serem preteridas para ocuparem cargos de direção.

Ao analisar o trabalho das mulheres rurais, percebe-se que estas sempre participaram intensamente das atividades agropecuárias. No entanto, assim como no meio urbano, o trabalho doméstico também é predominantemente realizado pelas mulheres. Trata-se de mulheres ocupadas exercendo atividades sem remuneração e ditas “invisíveis”. Baseando-se nas conclusões do livro *“Estatísticas rurais e a economia feminina”*, o trabalho rural ainda continua sendo o de pior remuneração, sendo o valor da hora média rural inferior ao mesmo tempo de trabalho urbano. É preciso considerar o consumo que é realizado pelos trabalhadores do seu próprio trabalho rural, além disso, a concentração fundiária também pode ser apontada como elemento importante que constitua esta pobreza rural. Segundo Ney e Hoffmann há uma concentração de pobreza nas ocupações agropecuárias que marcam o trabalho exercido por mulheres, mas também pelos homens rurais, reflexo da concentração de terras no Brasil e da má distribuição da mesma. Os pequenos agricultores são muitos, enquanto as grandes propriedades concentram-se nas mãos de poucos. Dessa forma, os pobres da zona rural não tem acesso à terra, ficando estes impedidos de se desenvolverem economicamente e, conseqüentemente, de contribuírem para o desenvolvimento local. Com relação às diferenças salariais de homens e mulheres no campo, há uma certa “igualdade” de salários neste meio rural, especialmente levando-se em consideração as peculiaridades da região pesquisada neste trabalho que serão abordadas no segundo capítulo.

No entanto, há algo que une a realidade de mulheres urbanas e rurais. Ou seja, o impacto das condições de trabalho e dos processos sociais no interior das famílias, pois como afirma Mônica Alencar *“é no âmbito da família que homens, mulheres, jovens e crianças podem vislumbrar alguma possibilidade de inserção social”* (2004, p. 62)

Para iniciar esta discussão tento buscar a definição de família; o que seria uma família? Muitas combinações são possíveis para os dias atuais. Poderia definir uma família como um grupo social formado pelo pai, mãe e filhos; ou mesmo, avós e netos, tios e sobrinhos, ou pessoas que se unem por laços de afinidade sem necessariamente terem alguma ligação sanguínea?

As concepções de família mudam socialmente. A presença da mulher imposta socialmente como organizadora do lar e das atividades internas da casa se fez presente, mesmo durante a Idade

Média. No entanto, a família no século XV não despertava o valor sentimental entre seus integrantes como atesta Áries:

uma realidade moral e social mais do que sentimental. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e, quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem (Áries, 1975: 231)

Segundo Szymanski é no início do século XVIII que se começa a delinear a família nuclear burguesa, formada pelo pai, mãe e filhos. A partir daí, passa-se a ter uma família baseada em laços de amizade, com valor sentimental. No entanto, ainda na Europa do século XIX os filhos viviam afastados de seus pais, assim como a casa-grande Patriarcal de nosso país nesta mesma época. (Szymanski, 1995, p. 25).

Com o tempo, como assegura Áries, “*a vida familiar se estendeu à quase toda sociedade*” (Áries, 1975, p. 271). A partir daí esta nova família baseada em laços de amizade foi se transformando e, ganhando uma pluralidade de significados e modelos de arranjos familiares que se encontram em um mesmo ponto: constituem grupos sociais que oferecem proteção a seus membros.

Mas este modelo também sofre modificações, convivendo, na verdade, com outras possibilidades de arranjos familiares. Pode-se dizer que passamos, neste momento, de um modelo de família nuclear (estatisticamente ainda predominante) para uma família “vívica” (Szymanski) onde as pessoas convivem com uma proposta de união afetiva e duradoura; mas com uma estrutura diferente do modelo tradicional triangular (pai, mãe e filhos):

Um grupo de pessoas vivendo numa estrutura hierarquizada que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecerem nesse contexto (GOMES, 1988, apud SZYMANSKI, 1995, p. 26)

Dessa forma, percebe-se a importância da família como grupo social, que divide suas atribuições com a sociedade civil e com o Estado. Desta forma, destaco o papel das redes de ajuda mútua, que funcionam como sistemas informais de proteção social, tão presentes em nossa sociedade.

1.1.2. As redes de ajuda mútua

Através das redes de ajuda mútua identificamos a coletivização no cuidado das crianças, o que Cláudia Fonseca denomina como “Circulação de crianças”. A circulação de crianças, se refere ao cuidado que é dado às crianças, por adultos que não sejam seus próprios pais. Esta responsabilidade pela criação das crianças é partilhada entre um adulto e outro. Este adulto pode ser um tio, tia, avós, ou mesmo, alguém que esteja próximo desta criança, como um vizinho ou amigo da família. Segundo Fonseca (2005), o modelo de família nuclear, formado pelo pai, mãe e filhos pode ser realizado por uma pequena parcela da população.

Na maior parte das famílias pobres a circulação de crianças é uma realidade latente. Estas famílias contam com esta rede de ajuda mútua para dividirem o cuidado com as crianças. Estes filhos podem passar uma fase de suas vidas sendo criados pelos avós, tios ou mesmo por qualquer pessoa que tenha ligação com seus pais e condições econômicas e pessoais para cuidarem destas crianças. Este cuidado pode ser provisório ou não, já que os estudos mostram que estas crianças podem voltar a morar com seus pais a qualquer momento, ou podem passar a vida toda com esta outra família e conviverem com seus pais biológicos em harmonia.

Dessa forma, segundo esta autora, a circulação de crianças é uma realidade presente nas famílias brasileiras, sobretudo nas famílias pobres onde o conceito de parentes se estende à todos aqueles que se ajudam mutuamente, e não, necessariamente àqueles ligados por laços consanguíneos. Sendo assim, a “ajuda” para criar os filhos é dada por pessoas próximas que não são necessariamente “parentes” dessas crianças, mas que se constituem numa rede de apoio como atesta Rita Freitas, baseando-se nas reflexões de Cynthia Sarti: “*A família se define assim, em torno de um eixo moral, onde a noção de obrigação sobrepõe-se à de parentesco*” (FREITAS, 2010, p. 9).

Toda essa estratégia de sobrevivência é uma realidade nas “*práticas familiares encontradas na sociedade complexa atual*” (FONSECA, 2002, p. 56). Estas alternativas de redes se encontram em todas as classes sociais, já que para a classe média e alta existem as escolas particulares onde se internam os filhos, ou mesmo, a proteção paga através dos berçários, creches particulares, ou mesmo babás. No entanto para as mulheres pobres, deve-se destacar que esta circulação envolve aspectos econômicos e culturais, já que torna-se uma alternativa para a classe trabalhadora. Dentro dessa experiência é que crianças passam a ser criadas por tias, avós, vizinhas, patroas, madrinhas, enfim, estas passam a circular em outros ambientes e por outras casas onde crescem amparadas nas redes de ajuda mútua. Num diálogo entre Freitas, Braga e Barros, estas salientam que este convívio

nem sempre é completamente harmônico, podendo vir acompanhado de conflitos, mas que fortalecem outras redes já existentes⁴. Outra dimensão importante é que estes estudos normalmente tomam como universo a sociedade urbana – será interessante ver como (ou se) se estruturam no mundo rural.

Um dado importante que merece ser destacado nesta discussão é que na “circulação de crianças” não há o abandono da criança como muitas vezes apontado pela sociedade. Como atesta Fonseca, o fato das classes mais abastadas terem adotado o modelo nuclear como regra, faz com que outras formas de família sejam vistas como um desvio problemático. Sendo assim, quando nos deparamos com crianças sendo criadas por outras pessoas que não sejam seus pais biológicos, percebemos que estas são alternativas encontradas pelas camadas mais pobres para criarem seus filhos com dignidade, mesmo que fora dos padrões impostos como normais pela sociedade. Além disso, é importante destacarmos que este cuidado com as crianças se estende para além da rede de parentesco “(...) *para muitas pessoas, cuidar de uma criança é um assunto que não se limita à mãe, nem ao casal. Mobiliza uma rede de adultos que se estende para além do próprio grupo de parentesco.*” (FONSECA, 2002, p.9)

Ao estudar a realidade das redes, me deparei com o conceito de “maternidade transferida”, estudado por Suely Gomes Costa. A maternidade transferida se configura nas mútuas responsabilidades que são divididas entre mulheres com relação aos filhos e à casa. Quando nos deparamos com as situações de mães que ao saírem para o trabalho fora do ambiente doméstico delegam as atividades do cuidado da casa e dos filhos para outras mulheres, sendo elas babás, empregadas domésticas ou mesmo avós ou vizinhas, enfim, para outras mulheres, observamos esta “maternidade transferida”. Neste conceito é importante salientarmos como essas atribuições são delegadas sempre a outras mulheres que passam a administrar a casa e cuidar das crianças. Percebe-se que nestas situações ocorre uma transferência de poderes, já que a mulher dona da casa delega seu “poder” interno a outra mulher que passará a ocupar seu espaço nos cuidados do lar e dos filhos. Dessa forma, observa-se que assim como a circulação de crianças, o convívio entre os envolvidos na maternidade transferida nem sempre é harmônico.

O conceito de maternidade transferida pode ser localizado na circulação de crianças, já que acontece a delegação de responsabilidades maternas, mas observa-se que a maternidade transferida é um fenômeno mais provisório, enquanto a circulação de crianças tende a ser mais estável pois as crianças podem passar a vida com outras pessoas que não sejam seus pais biológicos.

⁴ Cf. FREITAS et al (2010).

Toda esta solidariedade encontrada nas redes também é uma realidade nas “redes de parentesco” (WOORTMANN, 1987) que se definem pela ajuda dos parentes na criação dos filhos, onde avós, tios, primos, sogros, enfim, toda a rede de parentes se responsabiliza pelas crianças da família e se unem para consecução de tarefas ou mesmo na solução de problemas que não envolvam os filhos mas que demandem “ajuda” da família.

Estas redes estudadas por Woortmann em estudo clássico mostram a realidade das famílias pobres, foco deste trabalho. Observa-se o quanto a manutenção de uma rede de amigos e familiares é importante para que a mulher pobre possa trabalhar e se sustentar com ou sem a presença de um companheiro. Nestas redes de parentesco, o conceito de parentes para as famílias pobres está ligado ao grau de ajuda que se recebe da família; ou seja, parente é aquele com quem se pode contar, sem necessariamente possuir uma ligação sanguínea, utilizando a concepção de Woortmann (1987). É dessa forma que as redes se organizam, oferecendo ajuda mútua, proteção e suporte para que muitas dessas mães consigam trabalhar enquanto suas crianças crescem. As mulheres são as protagonistas nestas redes, que segundo este mesmo autor se dividem em um círculo distribuído em: Família, congregando aqueles que seriam os mais próximos, Parentes, aqueles não tão próximos e Aparentados os mais distantes. Dessa forma, a obrigação de ajudar seria prerrogativa dos mais próximos.

Nestes estudos, as redes de parentesco das famílias da elite são formadas exclusivamente pela família consanguínea, pelos parentes consanguíneos, já que para a elite o parentesco “*é um importante componente de status*” (WOORTMANN, 1987, p.170). Enquanto para as famílias pobres, parentes são aqueles com quem se pode contar em momentos de precisão.

O que é comum nessas análises é que assim como na “circulação de crianças” e na “maternidade transferida”, nas redes de parentesco a figura da mulher é fundamental para a manutenção desses vínculos. Segundo Woortmann as pessoas sabem mais sobre seus vínculos maternos, bem como, ao contrário dos homens, as mulheres visitam com maior frequência seus parentes.

Os estudos mostram claramente que as mulheres são pontos focais na rede de parentesco, e que as redes das mulheres “atraem” os homens bastante mais que as redes dos homens às mulheres, isto é, os homens tendem a ser absorvidos pelas redes das mulheres. (WOORTMANN, 1987, p. 186)

Analisando essas redes percebe-se que a mulher é a grande protagonista nestas histórias, pois é ela quem faz a ligação entre os envolvidos e estabelece as parcerias que serão firmadas.

Percebe-se que as avós, ainda, são as principais responsáveis pelos cuidados com as crianças depois das mães, pois subentende que o amor das avós é a extensão do amor materno. É importante salientar que toda esta rede é de fundamental importância para as mulheres pobres já que, para trabalhar, a mãe precisa encontrar alguém que cuide de seu filho.

Saliento também, que estas redes de parentesco oferecem uma proteção a mais para estas mulheres. Há uma preocupação de toda a família com a figura da mãe, e não apenas com as crianças da família. Quando essas mães são abandonadas pelos companheiros, elas recebem uma atenção especial de toda a família. Esta nova realidade gera um sentimento de responsabilidade de todos os “parentes” por aqueles que agora, precisam ainda mais de proteção e ajuda.

Além disso, a participação da “rede de parentesco” está atrelada a todas as decisões que envolvem as famílias. Ela se responsabiliza pelas crianças da família, mas também pode interferir em decisões importantes como estimular ou não um casamento ou mesmo uma separação.

Dessa forma, há muitas formas das “redes de parentesco” operacionalizarem sua solidariedade, mas o que merece destaque é a presença feminina como protagonista nestas redes. A mulher é quem faz toda esta ligação entre os envolvidos, seja como mãe, avó, tia, filha, enfim, ela é a figura principal nestes sistemas de trocas que mobilizam os laços de parentesco.

Destaco também as “redes de solidariedade” (FREITAS, 2002) que envolvem esta “união” em virtude de uma mesma causa, de uma “proteção” a um grupo do qual se faz parte. Estas redes de solidariedade são encontradas nos estudos de Rita Freitas, que traz para o debate o caso das “Mães de Acari”. Este episódio violento onde houve o desaparecimento de onze jovens em Magé, no Rio de Janeiro, trouxe um impacto transformador na vida das mães desses meninos. A partir dessa violência contra seus filhos, estas mães se uniram e foram para as ruas, conquistando voz nos espaços públicos, se tornando visíveis e mostrando sua dor ao mundo. Através da violência que as uniu, essas mulheres formaram uma rede, que passou a se comunicar e se proteger tendo em comum a perda do filho amado.

Mais uma vez, destaco o protagonismo feminino envolvido na constituição das redes de solidariedade e reciprocidade. Estas mulheres passaram a ocupar os espaços públicos, foram para a Praça reivindicar os corpos dos seus filhos, provocando um sentimento de solidariedade além da exercida pelo grupo do qual se faz parte. Conseguiram, sobretudo, estabelecer uma rede de solidariedade que ultrapassa as barreiras do rádio ou da TV, uma reciprocidade que alia todas as mulheres que são mães, pois existe um ponto em comum, a simples possibilidade da perda do filho amado.

Destaco nessas redes de solidariedade a importância das mulheres como cidadãs, imbuídas do sentimento de “luta” para buscarem por seus direitos. Nesse momento, essas mulheres rompem com os papéis impostos de submissão e passividade e passam a serem sujeitos de sua história. Neste caso específico das “Mães de Acari”, percebe-se a grandeza dessas redes, pois unem mulheres por uma mesma causa, uma “luta” que travam em busca dos seus filhos. Estas redes mostram a força da mulher, mas sobretudo a força de uma mãe, e a força com que podem se unir por esta nobre causa.

Podemos definir as “redes de solidariedade” como *“estruturas solidárias e de reciprocidades que levam a formação de uma agenda de valores comuns que determinam um padrão de sociabilidade e de costumes, na qual as idéias e referências acerca da solidariedade e dos direitos humanos fomentam esse tipo de relação”* (FREITAS; 2002, p. 93)

Estas redes são marcadas pelo protagonismo feminino, assim como nas outras formas de redes citadas acima. No entanto, nessas redes de solidariedade o protagonismo feminino exalta a “luta”, a reivindicação pelo corpo do filho perdido. A dor une essas mulheres que partem justamente de “seu lugar” na família, aparentemente destituído de representação política e passam a fazer voz nos espaços públicos. Percebe-se que a maternidade para essas mulheres é sentida sob uma nova dimensão, podendo provocar transformações de gênero já que estas mulheres saem dos seus lugares tradicionalmente ocupados nas famílias e vão dar voz à sua dor.

Dessa forma, observamos que estas redes exercem uma proteção social de forma mais “próxima”, uma vez que são formas encontradas pelas famílias para resolverem informalmente suas vulnerabilidades. Estas redes são encontradas em todas as camadas sociais, no entanto, são mais estudadas nas famílias pobres já que estas famílias apresentam maiores dificuldades em contar com formas institucionalizadas de proteção social como creches e escolas em tempo integral.

Assim, percebe-se o quanto a história das mulheres foi naturalizada na família, e no papel que esta desempenha no cuidado com o grupo familiar. Esta história, fruto de um cotidiano de gênero, apenas recentemente ganhou visibilidade e passou a ser discutida e estudada. Observa-se que esta responsabilidade feminina pela proteção das crianças, idosos, viúvas, desempregados, enfim, por todos que façam parte do grupo doméstico se perpetua entre nossa sociedade, principalmente nas camadas populares. Concluindo esse item, enfatizo mais uma vez que a maioria desses estudos toma a cidade como espaço para sua análise. Analisar essas questões no mundo rural será uma das contribuições desse trabalho.

1.2 PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIAS – REFLETINDO ESTA RELAÇÃO

Neste momento, ainda que de forma introdutória, buscarei a definição de proteção social, analisando as formas protetivas que foram desenvolvidas em nossa sociedade. Terei como foco a família, enquanto promotora desta proteção social informal, uma vez que a família ocupa um lugar de destaque como responsável, por uma ação protetiva desde os povos primitivos, até quando o Estado passa a oferecer políticas que atendam as demandas sociais. Em função dessa importante posição ocupada pela família enquanto grupo social, entendo que a história da proteção social está ligada à história da família, sendo esta moldada e definida em função da figura da mulher.

Ao buscar o conceito de proteção social, nos reportamos àquele definido por Castel (1998), que caracteriza tal sistema segundo duas dimensões: uma baseada numa “sociabilidade primária” e outro numa “sociabilidade secundária”. A sociabilidade primária seria regida pelos vínculos estabelecidos na relação de proximidade, pertencimento, interdependência, representada por

sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas. Trata-se, em primeiro lugar, das sociedades de permanência em cujo seio o indivíduo, encaixado desde seu nascimento numa rede de obrigações, reproduz, quanto ao essencial, as injunções da tradição e do costume. (CASTEL,1998, p. 48)

No entanto, conforme as sociedades vão se tornando mais complexas, o atendimento aos mais carentes torna-se mais especializado, surgindo o que o autor identifica como “sociabilidade secundária” que se basearia em

sistemas relacionais deslocados em relação aos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho. A partir desse atrelamento, vão se desenvolver montagens cada vez mais complexas que dão origem a estruturas de atendimento assistencial cada vez mais sofisticadas. (CASTEL; 1998, p.57).

É importante enfatizar meu entendimento de que essas duas dimensões são profundamente articuladas, uma não invalida ou impossibilita a outra – e estas devem ser analisadas a partir da construção histórica de cada sociedade.

Com a transição da Idade Média para a Idade Moderna, marcada pelo final do século XIV tem-se uma ruptura das relações de troca, o início do trabalho assalariado, o fim do sistema feudal e o início de um sistema econômico capitalista, trazendo grandes transformações para a vida

econômica, religiosa e social de toda a sociedade. A família passa a assumir um valor sentimental até então não vivenciado.

A partir do século XVIII grandes mudanças alteram os sistemas de proteção social, trazendo a necessidade de ações protetivas do Estado em função das vulnerabilidades sociais se intensificarem como consequência da expansão do comércio e da produção capitalista, além da mudança do trabalhador feudal que agora passa a ser um trabalhador livre e remunerado.

A Revolução Industrial substitui o antigo senhor feudal pelo empresário do capitalismo industrial. O mercado exige mão-de-obra qualificada, fazendo com que tais relações sejam cerceadas pelas ideias liberais, onde cada indivíduo precisa buscar sua sobrevivência através do seu trabalho, e não mais por uma relação de troca como antes.

Segundo Àries, no início do século XVIII, com o surgimento da escola, surge a preocupação com a privacidade e a igualdade entre os filhos. O sentimento de família passa a ser valorizado pelas instituições sociais, principalmente pela Igreja, moldando o perfil da família que hoje conhecemos. Como salientado por Rita Freitas, este perfil de família que hoje conhecemos e aprendemos a pensar como universal, respondia a um dado momento histórico (2000).

A Revolução Francesa marca tal período que se estende até o século XIX, a então noção de família sofre alterações. Passa-se de uma sociedade holística para uma sociedade individualista, marcada por grandes mudanças nas relações familiares como assegura François Singly:

A passagem da sociedade “holística” – ou seja, na qual os indivíduos são fundamentalmente membros e são definidos por seus laços – para uma sociedade “individualista” – isto é, no seio da qual os indivíduos são, antes de tudo, indivíduos – foi inscrita em certos atos e algumas leis da Revolução Francesa. Esta desestabilizou os pais, interditando-os de escolher seu herdeiro e impondo a igualdade entre todos os filhos. Ela também instaurou o divórcio, e o divórcio por consentimento mútuo (SINGLY, 2007, p. 171)

Dessa forma, tem-se uma nova constituição familiar, marcada pela importância dada à criança e pela constituição de um novo papel para a mulher, gerando a construção de novos sujeitos nas relações familiares.

A partir daí percebe-se o valor da família enquanto instituição promotora da proteção social em nosso país e, também, em países desenvolvidos. Este trabalho não pago, naturalizado como um trabalho da esfera privada ligado à figura feminina em função de um cotidiano de gênero, já buscava seu valor no começo do século XX. A feminista Kathe Schumacker atacava a economia por não reconhecer tal trabalho como um “*trabalho produtivo*” ou um “*trabalho que cria valor*”. Sendo

assim não existe “*trabalho mais produtivo que o da mãe que, sozinha, cria o valor dos valores, que se chama um ser humano*”. (Schirmacher apud Bock, 2001, p.440). Esta ideia de que a mulher é conceitualmente ligada à casa e ao cuidado com os filhos se faz presente no conceito de que “*a família doméstica é assunto de mulher*”, estendendo esta ligação feminina á extensa rede de parentesco, exemplificada nas relações familiares horizontais presentes, principalmente, nas camadas populares onde “*estar com a mãe ou com os irmãos é o mesmo que estar em casa*”. (WOORTMANN; 1987, p. 180).

Em função dessa discussão percebe-se a clareza do conceito de proteção social nas definições de Castel, pois é possível observar a evolução das ações protetivas do Estado conforme as sociedades vão se tornando mais complexas. Assim como a família constitui numa importante fonte de proteção social informal. Dessa forma, constato que na proteção social definida pelo autor citado, há uma importante relação entre aquela oferecida pelo Estado, ou seja, a proteção secundária e a proteção garantida pela família, definida como uma proteção primária.

Para dar continuidade aos nossos estudos, nos tópicos seguintes apresento – sem pretensão de fazer um estudo exaustivo – a discussão acerca das políticas de proteção social em nossa sociedade.

1.3 PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIAS – A REALIDADE BRASILEIRA

Estudar a família, ou o conceito de família é difícil, pois trata-se de um assunto com o qual temos grande intimidade pois “*temos um modelo relacional (familiar) internalizado*” (VITALE, 2002, p. 46). Ou, como afirma Sarti:

Quando se lida com famílias, portanto, depara-se com uma primeira dificuldade, a de estranhar-se em relação a si mesmo. Como reação defensiva, há uma tendência a projetar a família com a qual nos identificamos – como idealização ou como realidade vivida – no que é ou deve ser a família, o que impede de olhar e ver o que se passa a partir de outros pontos de vista (SARTI, 1999, apud VITALE,2002, p.46)

Sendo assim, para abordar a temática da família brasileira, especialmente a família contemporânea, é preciso entender que estamos estudando sobre uma realidade em transformação. A realidade brasileira nos apresenta uma pluralidade de famílias, uma multiplicidade de tipos

familiares. Percebe-se que a família contemporânea engloba relações que ultrapassam os vínculos consanguíneos, relações baseadas no afeto e na afinidade marcam as famílias brasileiras.

Essas famílias em transição são construídas na diversidade de arranjos, podem ser nucleares, constituídas segundo o modelo triangular formado pelo pai, mãe e filhos. Mas também podem ser construídas por avós e netos, tios e sobrinhos, mães e filhas, sem a presença de uma figura masculina, da mesma forma que podem ser formadas pelo pai e seus filhos; ou mesmo por casais sem filhos. Os modelos são múltiplos e representam a diversidade conquistada com a Modernidade.

Pode-se dizer que a família moderna passa ser entendida como um grupo social cujos movimentos de *“organização-desorganização-reorganização mantém estreita relação com o contexto sócio-cultural”* (AFONSO E FIGUEIRAS, 1995: 06). As famílias podem ser pequenas como aquelas representadas pelo casal sem filhos, mas também podem ser extensas como as formadas a partir de segundas uniões, unindo irmãos de pais diferentes e trazendo uma duplicidade de avós.

Neste contexto, retomamos o conceito das redes pois existe uma coletivização no cuidado com as crianças. A família brasileira é marcada por essas redes, definida por um padrão de incorporação de agregados, lembrada por Gilberto Freyre em Casa Grande e Senzala. A figura da avó brasileira também é muito presente neste cuidado, tanto nas famílias da classe média, pois as mães estão inseridas no mercado de trabalho e contam com este cuidado das avós já que segundo Sarti (2003, p.81), cuidar dos próprios netos, fortalece os vínculos de sangue juntos aos de criação. Enquanto isso, nas famílias pobres, além desses vínculos de sangue, existe outro importante componente nesta extensão do cuidado com os filhos, que são as dificuldades econômicas. Como estudado por Claudia Fonseca, deixar os filhos serem criados por outras pessoas é um opção muito comum entre as famílias pobres brasileiras, não sendo motivo de abandono como muitas vezes é entendido pela sociedade, trata-se apenas de um caminho seguro para criação dos filhos, que pode ser provisório ou não.

Um novo arranjo familiar que merece destaque são as famílias monoparentais. Essa denominação é dada às famílias chefiadas por uma única pessoa que vive sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos de idade e solteiros (VITALE, 2002, p. 47). No entanto, existe certa confusão quando abordamos as famílias chefiadas por mulheres, uma vez que, essas famílias não são necessariamente monoparentais. Existem famílias em que há a presença do cônjuge e são chefiadas por mulheres.

Segundo Vitale, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres tendem a conviver com o estigma de que são famílias vulneráveis ou de risco do que como potencialmente autônomas. No entanto, tem-se que levar em consideração que a vulnerabilidade dessas famílias mantém estreita dependência com o grau de instrução e independência financeira da mulher chefe de família, além do tipo de relação que se estabelece com o cônjuge ausente.

Outro aspecto que se torna relevante nessa discussão sobre monoparentalidade é a durabilidade e a sequência da monoparentalidade, ou seja, o tempo em que a família permanece chefiada por um único cônjuge. Essa durabilidade pode ser provisória, já que uma nova união pode ser realizada pela chefe da família, ou mesmo, pode acontecer a circulação das crianças através do processo das redes como já discutido anteriormente.

Essa momentaneidade das famílias monoparentais traz novamente para o debate a questão do estado de “organização-desorganização-reorganização” das famílias contemporâneas; já que estamos falando de relações interpessoais, com vivências, separações, uniões e sentimentos. Essa durabilidade dessas famílias também depende da idade das mulheres que vivem em monoparentalidade, bem como da idade dos filhos pois demandam necessidades diferentes em cada fase da vida, seja como crianças, adolescentes ou jovens adultos. Um importante ponto que merece ser destacado é que as famílias monoparentais reproduzem mais uma possibilidade de arranjo familiar, opondo-se ao estigma de família desestruturada.

Dessa forma, a família brasileira se multiplicou em tipos, não existe mais um padrão de família. Não há a família estruturada e a família desestruturada. Existem famílias, tão diversas quanto nosso país, diversas segundo a classe, etnia, idade e gênero. Diante de tantas transformações, há algo que não se altera – ou que se alterou muito pouco: a mulher continua sendo a figura central nas relações familiares. Pode-se dizer que a história da família está intimamente ligada à história das mulheres. A família que aprendemos a conhecer colocou a mulher como promotora da proteção social oferecida por este grupo social.

Mesmo com todas as conquistas asseguradas com o movimento feminista e as lutas diárias das mulheres por melhores condições de trabalho, pela igualdade salarial ou tantas outras bandeiras, ainda sentimos o peso das obrigações domésticas e a responsabilidade pela criação dos filhos. Na prática, ganhamos independência financeira, melhores postos de trabalho, melhores salários, aumentamos nossa escolaridade, mas e o trabalho doméstico? A divisão das tarefas domésticas ainda não é uma realidade nas famílias brasileiras. A mulher ainda é vista como a grande responsável pela administração da casa e pelo cuidado com os filhos.

Esta realidade resulta no acúmulo de tarefas, na dupla ou tripla jornada de trabalho e na angústia que ronda a mulher da Modernidade. Essa angústia está nas decisões que devem ser tomadas, já que, as mulheres sentem certa resistência em abandonar este “controle doméstico”, esse “poder interno”, e sobrecarregam-se com tantas atribuições, uma vez que o espaço público também exige dedicação.

Retomando nossa definição de proteção social, entende-se esta ligada à história da família e a evolução das sociedades, uma vez que a sociabilidade primária colocada por Castel sempre existiu. Mesmo nas sociedades primitivas já existia alguma ação protetiva através do pertencimento a um grupo social; enquanto a sociabilidade secundária foi se concretizando à medida em que as sociedades foram se tornando mais complexas. A intervenção do Estado se fez necessária diante das vulnerabilidades sociais.

A partir dessa presença do Estado que deixa de ser um Estado fraco e passa a intervir nas relações sociais oferecendo soluções para as demandas sociais, uma análise dos Estados de Bem Estar Social é importante, uma vez que, segundo Lefaucheur (1991) e Bock (1991) as relações de gênero foram alteradas nos países onde o Welfare State deu-se de maneira plena, assegurando, especialmente às mulheres, direitos sociais, até então não garantidos, como o direito à maternidade e a previdência.

Segundo Lefaucheur, o Estado passa a intervir nas relações das mulheres com suas famílias ao garantir políticas públicas como saneamento básico, creches, escolas em tempo integral, investimentos tecnológicos (contraceptivos e produtos industrializados – leite em pó), eletrodomésticos (ferro elétrico, máquina de lavar, geladeira, fogão), liberando as mulheres para exercerem suas profissões, “saindo” do interior de suas casas e ocupando seus lugares no espaço público.

Dessa forma este “Estado-marido” mudava os rumos das relações de gênero já que garantia às mulheres maior autonomia, e menor dependência de uma figura masculina, até então tida como o único provedor de uma família. É também possível observar o crescente número de divórcios, principalmente onde este Welfare State foi forte e presente como na Suécia, aumentando assim as famílias monoparentais, principalmente aquelas chefiadas por mulheres:

Antes mesmo da queda dos índices de nupcialidade, as curvas de divórcio tinham começado a subir na maior parte dos países ocidentais.(...) Mais significativo ainda é o índice conjuntural de divórcios que mede (em percentagem) a probabilidade de os casais casados se divorciarem se as condições do momento se não modificarem. (...) este índice atingia os 50 na

Suécia em 1975. (...) Daqui resultou um aumento das famílias monoparentais no conjunto das famílias dos países desenvolvidos. (LEFAUCHEUR, 2001, p. 482)

Podemos dizer que o Estado de Bem Estar brasileiro não oferece serviços de forma plena como nos países mais desenvolvidos – na verdade, cada sociedade tem suas especificidades históricas que devem ser sempre relativizadas. As mulheres brasileiras podem não possuir um “Estado-Marido” de forma idêntica aos Estados mais desenvolvidos, dificultando ainda mais, sua permanência no mercado de trabalho e intensificando os conflitos nas relações de gênero.

No entanto, conquistas importantes como a licença maternidade, creches e os próprios avanços tecnológicos foram de extrema relevância para as famílias brasileiras, assim como as famílias dos países desenvolvidos, já que liberaram o tempo feminino. As novas tecnologias propiciaram o leite em pó e outras formas de alimentação do bebê, fazendo com que a alimentação pudesse ser algo compartilhado entre mães e pais, ou outras pessoas como avós, tios, vizinhos, empregados e amigos. Dessa forma, houve uma grande mudança no cuidado com as crianças e nas tarefas domésticas em geral já que com o surgimento dos eletrodomésticos liberou-se o tempo gasto com essas atividades.

Pode-se citar como as primeiras conquistas sociais deste país, nas duas primeiras décadas do século XX a formação e organização de sindicatos, bem como a luta dos operários urbanos para melhores condições de trabalho como o direito ao repouso e a regularização do trabalho dos menores e das mulheres. Pode-se dizer que as bases do sistema de proteção social brasileiro surgiram apoiadas no trabalho.

Sem a pretensão de fazer um estudo exaustivo sobre essa temática, pode-se apontar a década de 30 como um divisor de águas na história do país, concretizando importantes conquistas sociais, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 que agiu em três direções: trabalhista, previdenciária e sindical. Podemos verificar também a transformação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) em Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), além da criação da Carteira de Trabalho; enfim, implantou-se uma vasta legislação trabalhista e previdenciária nos anos seguintes, regulamentando a jornada de 8 horas e o trabalho feminino. Merece destaque a constituição de 1934 que estipulava um salário mínimo que deveria ser “*capaz de atender as necessidades de um trabalhador chefe de família*”, reafirmando o papel do homem como provedor da família. Na década seguinte, temos a criação da CLT, consolidando as leis do trabalho. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, é nesta década, durante o governo Vargas que se configura uma “*cidadania regulada*”, ou seja, há uma estratificação da cidadania, sendo

considerados cidadãos apenas aqueles que possuíam uma ocupação regulamentada por lei, sendo assim, o reconhecimento social realizado pelo Estado era feito por categoria profissional, e não pela legitimidade da demanda.

Acontece durante o Estado Novo, uma política social mais interventiva, a família passa a ocupar um papel de destaque. Dessa forma, percebe-se como as solidariedades grupais se tornaram fundamentais na sobrevivência dos pobres durante esse processo de construção da proteção social. Avançando um pouco no tempo, uma vez que o escopo desse trabalho não permite análises muito profundas, vemos que depois de um grande período ditatorial – onde a família tinha deixado de ser uma referência primária - chega-se na década de 80 que é marcada pelo processo de descentralização e redemocratização política. Havia um clima de mudanças no país. Tais mudanças se consolidam com a Constituição Federal de 1988 que trouxe importantes transformações no campo das políticas sociais, destacando-se a seguridade social, que passa a englobar a saúde, previdência e assistência social. Além disso, a Constituição de 88 também inovou ao determinar a descentralização, o controle social e a intersetorialidade na execução das políticas sociais. Dessa forma, tem-se como objetivo a ação conjunta entre os entes federativos no partilhamento das ações, buscando a integralidade das diferentes competências, destacando o controle social como importante meio para a participação popular.

Destaco o campo da assistência social que se configura como uma assistência voltada para os mais pobres, concretizado, recentemente, nos programas de transferência de renda. Dentro das conquistas asseguradas no campo da assistência social, destacamos a partir da década de noventa importantes medidas como a criação do sistema único da Assistência social (SUAS), assim como a Lei Orgânica da Assistência social (LOAS) em 1993; seguidos pela Política Nacional da Assistência Social (PNAS) em 2004 através da criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que trouxeram um movimento reformador para a assistência social que passa a ter na família o foco da proteção social.

Dentre os elementos dessa nova política de Assistência social destaca-se a atenção diferenciada, dividindo-se em proteção social básica e proteção social especial; sendo a primeira concretizada através dos programas de transferência de renda, destacando o Programa Bolsa Família, sendo este, objeto deste estudo.

No Brasil, as políticas sociais foram remodeladas com a Constituição de 1988, sendo assim, a política de assistência social se configura segundo um modelo de estado de bem estar “liberal”, ou seja, a assistência é concedida às famílias comprovadamente pobres, dessa forma, destacamos os

programas de transferência de renda, em especial o programa Bolsa Família, objeto de nosso estudo o qual tem como meta “combater a pobreza e a desigualdade social, propiciando a inclusão social e a emancipação das famílias”.

Para tanto, se faz necessário abordarmos o que seria este modelo de família. Segundo o art. 2º § 1º da Lei nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004, que regulamenta o PBF temos o conceito de família utilizado pelo Programa:

Família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

Percebe-se que o PBF mesmo ampliando o conceito de família ao incluir outros indivíduos com laços de afinidade ainda tem como ponto de partida o tradicional modelo da família nuclear, composto de forma triangular pela figura do pai, da mãe e dos filhos.

Ao observarmos o princípio da matricialidade sociofamiliar presente na política do sistema único da assistência social (SUAS), percebe-se que este reconhece as transformações econômicas e culturais sofridas pelas famílias ao longo dos anos, colocando-a como foco da proteção social e rompendo com as abordagens conservadoras que sempre permearam o conceito de família. No entanto ao defini-la ainda vai de encontro à fórmula inicial do modelo nuclear: *“Podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade.”*

Merece destaque esta definição, uma vez que não podemos nos esquecer de que tal benefício se estende às famílias pobres e segundo Fonseca, justamente para estas famílias, o modelo nuclear seja o menos frequente, além disso, dependendo da classe social, a família traz significados diferentes:

Recorremos à reflexão do antropólogo brasileiro Luis Fernando Duarte (1994), para iniciar o assunto. Segundo ele, o valor “família” tem grande peso em todas as camadas da população brasileira. No entanto, significa coisas diferentes dependendo da categoria social. Enquanto, entre pessoas da elite, prevalece a família como linhagem (pessoas orgulhosas de seu patrimônio), que mantêm entre elas um espírito corporativista, as camadas médias abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os grupos populares o conceito de família está ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua. (FONSECA, 2005, p. 51)

Percebe-se a importância da década de 80 para o nosso país, que trouxe mudanças consideráveis nas políticas sociais brasileiras. A partir daí como a política de assistência social é voltada para os comprovadamente pobres, farei uma breve abordagem do conceito de feminização da pobreza.

Ao analisarmos o conceito de pobreza no país nos remetemos à questão da repartição injusta da renda, fruto das relações capitalistas que têm como objetivo a mais-valia, entendida como o lucro, para tanto, divide a sociedade em detentores do capital e vendedores da mão-de-obra. Dessa forma, a pobreza seria uma consequência estrutural das relações de trabalho estruturadas sob o sistema capitalista de produção que promove a distribuição desigual da renda entre as diferentes classes sociais, em função de um processo excludente, o qual gera e reproduz a pobreza. Esta desigualdade se ramifica e estende gerando privações para as classes menos favorecidas como o não acesso a condições básicas de saneamento, melhores condições de moradia, transporte, educação, saúde, tecnologias, e mesmo, traz a não participação na vida social e política. No entanto, estudos mostram que para se estudar a pobreza, devemos considerar outros critérios além da renda.

Segundo Hildete Pereira de Melo em seu estudo sobre a pobreza, critérios como desigualdade, entendida aqui como desigualdade de renda, de oportunidades, de pobreza, enfim, todos os tipos de desigualdades que geram dependência dos indivíduos pobres em relação a terceiros, trazem insegurança em suas vidas. A exclusão gera uma rejeição social, uma desvalorização enquanto ser social em função da falta de quaisquer oportunidades. Segundo a autora ainda é preciso estudarmos a questão da vulnerabilidade que se configuraria numa inadequada adaptação das pessoas para uma nova situação, expondo por exemplo um desempregado a uma situação de risco em função de sua nova realidade, sem oportunidades, destituído de seu emprego, trazendo uma perda de status, prestes a vivenciar uma situação de carências, sejam elas de que ordem forem, econômicas ou sociais. Dentro deste contexto observamos que a pobreza deixa de ser vista como um fenômeno estático e passa a ser estudada como algo dinâmico.

Existe uma literatura atual que relaciona pobreza e gênero. Ao se estudar sobre esta relação, me deparei com um debate sobre a possibilidade de associar a maior pobreza entre as mulheres com o aumento da chefia feminina. Como já discutido anteriormente, há vários motivos que levam as famílias chefiadas por mulheres a serem as mais pobres. Segundo os estudos, as mulheres enfrentam grandes dificuldades para se estabelecerem no mercado de trabalho pois enfrentam maiores discriminações. Além disso, esses lares ditos monoparentais se caracterizam

pela ausência do cônjuge diminuindo a renda total da casa e contribuindo para um menor rendimento mensal. Dessa forma a menor capacidade de auferir renda pode ser apontada como o principal componente para que essas famílias sejam vistas como vulneráveis e não como potencialmente autônomas. Destaco aqui como a relação entre pobreza e famílias chefiadas por mulheres está presente nos critérios dos programas sociais.

1.4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família surgiu em 2003 com a unificação de programas sociais que pertenciam a variados ministérios, com administrações burocráticas diferentes, eram eles:

- "Bolsa Escola", vinculado ao Ministério da Educação,
- "Auxílio Gás", vinculado ao Ministério de Minas e Energia e o
- "Cartão Alimentação", vinculado ao Ministério da Saúde,

Em 2003, estes programas foram integralizados e unificados em um único Programa, surgindo assim o Programa Bolsa Família, passando a ser administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o que, segundo o Banco Mundial, facilita sua eficiência administrativa e fiscalização, já que o cadastro e a administração passam a ser centralizados em um único Ministério.

Sendo assim, o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda com condicionalidades. Consiste na transferência de renda às famílias extremamente pobres com renda per capita de até R\$70,00 e às famílias pobres com renda de R\$70,00 a R\$140,00. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32 a R\$ 242.

O programa exige uma espécie de contrapartida por parte das beneficiárias, que precisam manter os filhos e/ou dependentes com frequência na escola e vacinados. Segundo o MDS, as condicionalidades *“são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos”*; uma vez que as famílias devem cumprir tais condicionalidades para continuarem recebendo o benefício.

Todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos precisam estar matriculados e apresentarem uma frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária; enquanto os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo 75%. Já na área da saúde, é preciso que o cartão de vacinação esteja em dia. Além disso, é feito um acompanhamento por parte das famílias beneficiárias do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. Este acompanhamento também deve ser realizado pelas mulheres na faixa de 14 a 44 anos e, se gestantes ou nutrizas (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

O Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza. O 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aponta queda da pobreza extrema de 12% em 2003 para 4,8% em 2008. O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade – estas são dimensões a serem avaliadas em nosso trabalho de campo.

O cadastramento dos beneficiários no Programa Bolsa Família é feito pelas Prefeituras de cada município, onde as famílias com renda mensal per capita de até R\$140,00 devem informar seus dados no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico), de forma a ficarem aptas para inclusão no Programa Bolsa Família. O benefício é liberado de forma impessoal, por um processo de seleção da Caixa Econômica Federal para minimizar as possíveis influências do 'governante do turno' no programa, tentando impedir, assim, a provável interferência de políticos. A mulher possui prioridade no cadastramento para o PBF. O benefício é pago com o uso do Cartão do Cidadão, Cartão do Bolsa Família ou através de uma conta aberta na CEF, que são enviados pelo correio. Estes cartões funcionam da mesma maneira que um cartão de débito bancário normal e são emitidos pela Caixa Econômica Federal. Esse sistema tem como objetivos evitar a corrupção das normas de distribuição dos recursos e desvinculá-los das figuras e partidos do cenário político. Os nomes e dados de cada um dos beneficiários do Bolsa Família estão disponíveis no Portal da Transparência.

Foi inaugurado, em dezembro de 2006, um sistema de controle e monitoramento do Programa Bolsa Família, que utiliza satélites e internet via ondas de rádio, o que permite a troca de dados com as Prefeituras de localidades mais remotas, mesmo em regiões em que não há energia

elétrica ou telefone. A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada por União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04. A lista de beneficiários é pública e pode ser acessada por qualquer cidadão. (MDS, 2011).

Dessa forma tal Programa tem como objetivo reduzir a pobreza a curto e longo prazo, uma vez que a curto prazo funciona como uma ajuda de emergência, aliviando os problemas decorrentes da situação de pobreza, enquanto a longo prazo promove o investimento no capital humano, com pretensão de quebrar o ciclo geracional da pobreza de geração a geração uma vez que obriga as crianças a frequentarem os postos de saúde e a escola.

Sendo assim, nada melhor que ouvir as beneficiárias do PBF da cidade de Machado, sul de Minas Gerais para saber se o programa realmente trouxe mudanças na vida dessas mulheres. Como já mencionado, tive como foco dessa pesquisa as mulheres rurais do bairro de Douradinho.

Através do contato direto com esses sujeitos sociais investiguei quais foram as continuidades e quais as possíveis transformações ocorridas na vida dessas beneficiárias rurais a partir desse programa de transferência de renda, tido como um dos programas sociais mais importantes da atualidade.

CAPÍTULO II

MACHADO, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GÊNERO

No primeiro capítulo deste trabalho abordei as relações de gênero que permeiam o mundo em que vivemos. A herança de gênero que impõe papéis específicos a homens e mulheres foi discutida ao longo deste trabalho. Analisando a vida das mulheres brasileiras ou mesmo, ao abordar a constituição de nossas famílias busquei embasamento teórico para entender o universo que seria pesquisado, tendo como foco a mulher e suas relações familiares. Procurei ressaltar os diferentes mecanismos de proteção social existentes em nossa sociedade para entender a importância das famílias brasileiras, bem como a importância do Estado enquanto provedor de serviços sociais. Ressaltei a importância do Programa Bolsa Família, tido como um dos principais programas do governo federal.

Ao longo deste curso de mestrado, pude estudar algumas avaliações do PBF que constatavam uma mudança considerável na vida das beneficiárias, oferecendo maior independência e certo empoderamento para estas mulheres. Da mesma forma, me interessei pelo estudo das famílias, das redes de ajuda mútua, também estudadas durante o curso, e das relações estabelecidas a partir desses encontros.

Levando em consideração as especificidades da cidade de Machado que tem uma extensa zona rural, surgiu a curiosidade de estudar as mulheres beneficiárias rurais. As avaliações que pude estudar se voltavam ao público urbano, mas como seria esta realidade para as mulheres rurais? Como o programa afeta a vida de mulheres beneficiárias que residem no campo.

Sendo assim, este capítulo traz um breve histórico da cidade de Machado e do bairro rural de Douradinho. Os resultados da pesquisa serão enfocados neste capítulo, onde mostrarei a forma como cheguei até essas mulheres, bem como o perfil da beneficiária rural de Douradinho, e o olhar que as mesmas tem para com sua situação enquanto mulheres e suas relações familiares.

2.1 – A CIDADE DE MACHADO

A cidade de Machado data de 1750 quando ainda pertencia ao Estado de São Paulo. Depois de muitas lutas com os paulistas suas terras passaram ao domínio definitivo da capitania de Minas Gerais. Por volta de 1801 e 1815 instala-se na região o tenente Antonio Moreira de Souza e Joaquim José dos Santos, que organizaram duas fazendas, desenvolvendo a agricultura e a pecuária, formando um pequeno povoado. Com o crescimento deste povoado, a fazendeira Ana Margarida Josefa de Macedo acabou por doar um terreno para a construção de uma capela. Através dessa iniciativa feminina a povoação foi considerada fundada. A princípio ficou conhecida como Região do Jacutinga, depois Campos do Machado, Jacutinga, Sacra Família e Santo Antônio do Machado e, finalmente, Machado.

O nome atual foi oficializado em 7 de setembro de 1923. A origem de seu nome tem duas versões. A primeira conta que um grupo de bandeirantes teria perdido um machado às margens do rio que corta a cidade. O povo acabou por batizar o rio como "Rio do Machado" e logo o povoado ficou conhecido pelo mesmo nome. Outra explicação é de que grande parte das terras do povoado pertencia a uma família de sobrenome Machado adotando-se então o sobrenome dos fazendeiros como nome da cidade. A povoação pertenceu, sucessivamente, às cidades de Cabo Verde, Jacuí, Caldas e Alfenas. No dia 13 de setembro de 1881, foi decretada a emancipação político-administrativa de Machado, separando-a de Alfenas (MG).

Neste ano de 2012, Machado completa 130 anos, contando com aproximadamente 40.000 habitantes. Desse total existem 32.068 pessoas na zona urbana e 6.616 habitantes na zona rural. A cidade tem como principal atividade econômica a cafeicultura, por isso, é cercada por grandes fazendas. Possui uma extensa zona rural com características específicas como a presença da agricultura familiar. A cidade também possui empresas na área alimentícia que garantem mais de 2000 empregos na zona urbana.

Na história política do município o resultado das últimas eleições trouxe ao poder pela primeira vez, um representante da esquerda. Tal governo tem como proposta central a gestão participativa realizada através das unidades de atendimento integradas, as UAIS que funcionam como uma rede que integra poder executivo e população. No campo dos serviços públicos, existem 6 escolas municipais, 8 escolas estaduais e a presença do IFSULDEMINAS. O poder público também oferece 8 creches. Há a presença de um restaurante popular inaugurado neste ano, que oferece 120 refeições diárias para a população. Existe uma unidade do CRAS e outra em estágio final de construção, cinco PSFs (Programa de Saúde da Família), uma unidade do NAPS (núcleo de assistência psicossocial), além da construção da ETE, estação de tratamento de esgoto que oferecerá à cidade 100% de esgoto tratado ainda neste ano.

Segundo a Pnad de 2006, a estimativa de famílias pobres tendo como perfil o PBF corresponde a 2.165 com cobertura de 91,50%; enquanto a estimativa de famílias pobres dentro do perfil do CadÚnico chega a 4.408 com cobertura de 44,94%.

Atualmente, no campo da assistência social, a cidade possui 868 beneficiários do benefício da prestação continuada (BPC), dos quais 366 são idosos e 502 são pessoas com deficiência. Existem 3.810 famílias cadastradas no cadastro único da assistência social (CadÚnico). Dessas famílias, 3.602 possuem renda per capita mensal de até ½ salário mínimo e 2.614 famílias com renda per capita mensal de até R\$ 140,00. A média de pessoas por domicílio corresponde a 3,35.

2.1.1 O Bairro de Douradinho

Segundo os moradores do distrito de Douradinho, o local possui aproximadamente 400 anos, ou seja, têm data de fundação que antecede à da própria cidade de Machado. No entanto, relatos do escritor Ricardo Moreira Rebello mostram que o povoado surge no século XIX. Segundo este escritor, há relatos publicados por Bernardo Saturnino da Veiga, constantes no “*Almanach Sul-Mineiro para 1874*”, que afirmam que o Distrito de Douradinho, assim como a cidade de Machado surge a partir de uma iniciativa feminina. Com a morte de Silvestre Leite, sua filha Maria Leite, juntamente com seus irmãos, enterra seu pai no local onde hoje está edificada a Igreja Matriz do bairro. A partir daí, foram erguendo as residências ao redor da igreja, e, em 1813 o local passa a ser instituído em curato, nomeando-se São João Batista do Douradinho:

Refere uma tradição, geralmente aceita, que os primitivos fundadores desta antiga povoação forão Maria Leite e seus irmãos, que, tendo visto morrer seu pai, Silvestre Leite, afogado no rio Sapucahy, o mandarão enterrar exatamente no lugar em que está hoje edificada a igreja matriz, assinalando-o com uma cruz. Em seguida forão em derredor erguendo suas habitações, e, mais tarde, planejada a povoação, derão para o patrimônio os terrenos precisos. Em que anno, porém, isto ocorreu, não o diz a tradição nem nos informarão aquelles á quem consultamos, como os mais conhecedores da origem e historia do lugar. Parece entretanto que é esse sucesso do fim do ultimo ou começo do presente século, pois que por Alvará de 19 de Outubro de 1813 foi o lugar instituído em curato, sob a invocação de S. João Baptista do Douradinho. (VEIGA, 1874, apud REBELLO, 2006, p.48)

A origem do nome Douradinho, presente em sua primeira denominação “São João Batista do Douradinho” e posteriormente “Douradinho”, surge em função da existência do rio Dourado que corta o Distrito e se estende por mais algumas cidades do sul de Minas Gerais.

Atualmente o distrito possui cerca de 1700 habitantes e tem como principal atividade econômica a cafeicultura e a agricultura em geral. Como relatado acima o local possui uma igreja católica que se localiza ao centro do povoado, enquanto as casas são distribuídas ao redor dessa igreja. Existem também duas igrejas evangélicas. Há um pequeno comércio local com um mercado, uma lanchonete e três bares. Existem também um escritório de advocacia e um consultório odontológico.

Os serviços públicos oferecidos correspondem a uma escola estadual de 1º 2º graus, além de uma creche que atende 70 crianças do bairro. No campo da saúde, há um posto de saúde com médico, dentista, enfermeiras e psicólogas que atendem diariamente a população. A Prefeitura também mantém um clube recreativo onde acontecem atividades de esporte e lazer. Com relação à segurança, foi implantado um posto policial no final do ano passado, sendo esta uma antiga reivindicação da população.

Douradinho possui um povo simples, hospitaleiro e acolhedor. O primeiro contato que tive com os moradores do bairro foi em uma festa típica do local, o bingo beneficente da Igreja católica. Na época fui acompanhada do meu namorado, hoje meu marido, que disputava as eleições para Prefeito de Machado. Fui apresentada à comunidade e me encantei com todos do local, principalmente pelas mulheres que me receberam com muito carinho. Meu marido venceu a disputa eleitoral e se tornou o prefeito da cidade. Isto me aproximou dos moradores do bairro. A partir daí comecei a frequentar o local, sempre participando das reuniões do poder público com a comunidade.

Ficava admirada com a iniciativa das mulheres de Douradinho, que se reuniam e reivindicavam melhores condições de vida para a população. A presença feminina me chamava a

atenção, pois são mulheres do campo que vivem, de certa maneira, afastadas do mundo urbano mas com uma enorme capacidade de se unirem e se articularem. Esta união local nos remete á discussão de Castel, mostrando como a sociabilidade primária – onde os membros do grupo ligam-se a partir de um pertencimento familiar ou de vizinhança – pode atuar como importante estratégia de organização. Estas mulheres em sua maioria são todas nascidas e criadas em Douradinho, uma comunidade pequena. Segundo Castel, trata-se de sociedades onde os indivíduos são encaixados desde o seu nascimento e reproduzem as obrigações da tradição e do costume. A união destas mulheres também me remetia aos movimentos feministas, tão importantes em nosso país na década de 70 e 80. A garra com que se organizam e o poder que exercem nos espaços públicos em Douradinho fez com que voltasse meu olhar para este local, tão rico em suas peculiaridades.

2.1.2 Reflexões acerca da agricultura familiar em Machado

Uma hipótese que tínhamos era que muitas das beneficiárias pertenciam à agricultura familiar. O conceito de Agricultura Familiar é recente no Brasil e consiste no regime de trabalho rural, onde o desenvolvimento da agricultura é exercido predominantemente pela família.

A agricultura familiar caracteriza-se pela relação entre terra, trabalho e família, e apresenta uma série de especificidades e diferenciação regional/local que assegura sua inserção e reprodução na sociedade contemporânea. Apresenta uma relação íntima entre terra, trabalho e família, onde a gerência, o trabalho são realizados pela família e os meios de produção lhes pertencem. Caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção e ao mesmo tempo é a principal responsável pela efetivação do trabalho (SILVA e MENDES, 2009, p. 11).

Além disso, a posse da propriedade é passada de geração em geração. Estes agricultores produzem alimentos que além de serem comercializados, também são consumidos por eles próprios. Existem programas governamentais que garantem incentivos financeiros aos agricultores familiares, sendo o mais importante deles o PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Como relatei anteriormente, a cidade de Machado possui uma extensa zona rural, onde a agricultura familiar se desenvolve consideravelmente. No entanto, pude notar que apenas em alguns bairros rurais mais tradicionais a família desenvolve esta prática auto-sustentável. Esta realidade se faz presente no bairro da Conceição, por exemplo, que é um bairro de Machado tipicamente

italiano, que possui uma grande tradição no cultivo agrícola, e também nos casamentos entre parentes, o que fortalece a tradição da família e, portanto, da agricultura familiar. Esta realidade também acontece no bairro rural da Limeira, por exemplo. Neste bairro existia uma grande família que vivia da agricultura e produzia uma típica cachaça mineira, a Cachaça Limeira. Com o passar dos tempos, os filhos foram casando, se desvencilhando da grande fazenda. Enquanto alguns saíam para a cidade, outros casavam e continuavam no povoado, e depois disso vinham os netos, bisnetos e novos arranjos familiares, mas todos membros desta “grande família”. Dessa forma, isso deu uma característica diferente ao bairro, marcada pela presença da mesma família que trabalha junta e cultiva a agricultura, sustentando-se de sua própria produção. É nossa percepção que este regime da Agricultura Familiar permite uma renda maior aos envolvidos no sistema, já que contam com alguns incentivos do governo.

Segundo os dados coletados na Emater⁵ de Machado, somando-se meeiros, arrendatários, parceiros⁶, e demais pequenos proprietários rurais há cerca de 100 famílias vivendo sob o regime da Agricultura Familiar em Douradinho. Ressalta-se que o principal cultivo é o café, seguido pelo milho e pelo feijão. Alguns moradores de Douradinho trabalham na cidade de Machado em ocupações diversas e mesmo em cidades vizinhas, regressando para o Distrito aos finais de semana. O restante dos moradores sobrevive de trabalhos esporádicos nas propriedades rurais maiores que cercam o local.

Como falei, quando iniciei minha pesquisa, imaginei que pudesse encontrar, entre as beneficiárias, mulheres que trabalhassem neste regime de agricultura familiar. No entanto não encontrei nenhuma mulher pertencente à agricultura familiar entre as beneficiárias do Bolsa Família em Douradinho. Talvez isso se deva ao fato de que esta forma de regime garanta uma renda maior às famílias – o que reforça, em nosso entendimento, a importância de criação de políticas públicas que apoiem a agricultura familiar.

⁵ Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural.

⁶ O Parceiro, o Meeiro e o Arrendatário são trabalhadores rurais que “alugam” a propriedade de terceiros para o cultivo agrícola. A diferença é que o Parceiro divide os lucros da produção com o proprietário das terras, enquanto o Meeiro divide os resultados da produção, ou seja, paga com a metade do que produz. Já o arrendatário paga um valor determinado para explorar a propriedade rural alheia.

2.2 – EMPODERAMENTO, GÊNERO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A palavra Empoderamento pode ser entendida neste trabalho segundo a definição de Sarah Moosedale (2005, p.243- 244) como “*a construção da autonomia: tomar decisões de peso, levá-las a termo e, assim, assumir controle sobre nossas vidas*”. Complementando esta primeira definição o Empoderamento consitui

Um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania. (Pinto, 2001, p.247)

Dessa forma, o empoderamento para as mulheres pesquisadas corresponde ao ganho de poder a partir do recebimento do benefício. Este poder consistiria no aumento da independência, seja ela, econômica, já que estou analisando as mudanças a partir do ganho de uma renda. Mas também uma independência sócio-cultural e política. Um ganho de autonomia que garanta um aumento de auto-estima, uma liberdade para tomar decisões. Um empoderamento que garanta a essas mulheres saírem da posição de subalternidade em relação a seus companheiros e passem a ser valorizadas dentro de seus lares, em suas relações familiares.

O termo empoderamento segundo Deere e Léon “*chama a atenção para a palavra poder e o conceito de poder enquanto relação social*”. Procuro analisar se este empoderamento atingiu as mulheres beneficiárias de Douradinho a partir do recebimento do Bolsa Família. A experiência feminina mostra que o poder pode gerar sua opressão quando é usado com abuso, enquanto também pode servir como uma fonte de emancipação para as mulheres.

O empoderamento feminino é um desafio para as relações familiares, já que segundo Deere e Léon, ele levaria a um desempoderamento do homem e “*certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado.*” Ainda segundo estas autoras, para que este empoderamento feminino aconteça é necessário uma auto-percepção das mulheres com relação aos seus direitos e capacidades.

Em meio a esta discussão, surge o programa Bolsa Família. Um programa de transferência de renda com o objetivo de trazer alívio imediato para a pobreza brasileira oferecendo dinheiro as famílias pobres deste país. No entanto, o Bolsa Família coloca a mulher como a principal beneficiária deste programa já que entende ser ela a responsável pelo cuidado com os filhos. Dessa forma, percebe-se uma dimensão contraditória no programa. Ao mesmo tempo em que reforça a

importância e o papel da mulher como elemento de mediação entre o público e o privado, entendo que o programa também acaba por reafirmar o papel da mesma na dinâmica familiar, colocando-a como a grande responsável pela criação e pelo cuidado com as crianças da família. O PBF também traz os programas complementares como fonte para se quebrar o ciclo da pobreza. No entanto, os cursos oferecidos são geralmente ligados às atividades domésticas como cursos de culinária, corte e costura e outros do gênero.

Dessa forma, analisar se o programa trouxe mudanças na vida das beneficiárias de Douradinho, focando na possibilidade do empoderamento dessas mulheres não é tarefa fácil. Pensar o empoderamento como um processo linear que traga os mesmos resultados para todas as mulheres não é possível, uma vez que estamos lidando com pessoas, sujeitos sociais que possuem histórias e expectativas de vida diferentes umas das outras.

2.3 – OS RESULTADOS DA PESQUISA

Quando iniciei minha pesquisa procurei a princípio dar um embasamento teórico que pudesse oferecer informações necessárias ao desenvolvimento da dissertação. Para isso busquei conceitos que me levassem a entender os mecanismos de proteção social a que recorrem as mulheres brasileiras. Também achei necessário entender como as relações entre homens e mulheres são vividas ao longo dos anos e como um programa de transferência de renda poderia alterar estas relações. Dessa forma, refleti acerca deste levantamento bibliográfico no primeiro capítulo dessa dissertação que tem como foco conhecer as mudanças e continuidades na vida das mulheres beneficiárias da cidade de Machado-MG.

Para tanto, busquei me aproximar do cotidiano vivido pelas mulheres beneficiárias de Douradinho. Esta aproximação foi possível graças a escolha da história oral como instrumento de pesquisa. Através das entrevistas pude buscar a percepção, ouvir a fala dessas mulheres, sujeitos de minha pesquisa.

Entrei em contato com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social para que eu pudesse me informar sobre o Programa Bolsa Família na cidade. Não tive dificuldades em fazer este primeiro contato, uma vez que já conhecia a gestora do programa. Como relatei acima, meu marido está cumprindo o mandato de prefeito da cidade e isto me possibilitou um acesso mais fácil aos

envolvidos na operacionalização do programa. No entanto, existem os pontos negativos dessa situação pois senti um certo receio por parte da gestora do programa em me passar as informações pedidas. A princípio, ela me perguntou se aquelas informações seriam para conhecimento do prefeito. Assim como ela, as outras integrantes do CRAS também me receberam bem, mas com certa desconfiança. Expliquei a todas elas sobre meu trabalho, que se tratava de uma pesquisa acadêmica onde eu, pesquisadora, havia optado por estudar sobre o Bolsa Família. Durante todo o processo da pesquisa busquei manter ao máximo sob controle essa relação ambígua.

Algumas semanas depois pude ter acesso aos nomes das beneficiárias do bairro específico de Douradinho, pois tinham feito um recadastramento de toda zona rural da cidade. Com a lista em mãos, passei a formular o questionário, que se encontra no primeiro anexo deste trabalho. Busquei elaborar perguntas que me levassem a conhecer a vida dessas mulheres rurais, bem como as mudanças que o Bolsa Família pudesse trazer para as mesmas.

A partir daí, com o questionário pronto e a lista com os nomes das beneficiárias, parti para Douradinho que fica a 25 km do centro da cidade de Machado. A lista me fornecia cerca de 80 nomes. Não fiz uma pré-seleção. Comecei as entrevistas a partir da lista que tinha em mãos. Realizei entrevistas com todas as beneficiárias que pude encontrar. Algumas não estavam em casa ou outras se mudaram. Enfim, consegui entrevistar 36 mulheres.

As entrevistas foram realizadas na casa das respectivas mulheres beneficiárias que me receberam com tranquilidade, mas também com certa desconfiança. Logo perguntavam se aquela entrevista era para retirar o benefício ou alterá-lo. Mas quando me apresentava e dizia do que se tratava elas respondiam a tudo com tranquilidade e muita simplicidade. Apenas três mulheres me reconheceram como a esposa do prefeito, mas não se intimidaram, responderam a tudo com tranquilidade e aproveitaram para fazer algumas perguntas referentes aos serviços prestados pela prefeitura. Achei interessante como não conhecia as demais entrevistadas, mesmo frequentando o bairro a certo tempo.

O bairro pesquisado é pequeno, logo, não foi difícil chegar até as ruas informadas pela lista que consegui na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. As mulheres beneficiárias de Douradinho moram muito próximas umas das outras. Sendo assim, em uma mesma rua havia mais de dez beneficiárias do Bolsa Família. A maioria vive em um local do bairro chamado “Vilinha” formado por casas populares que foram doadas à população.

2.3.1 – O perfil das beneficiárias de Douradinho

O questionário foi dividido em três partes, a primeira me mostrou o perfil da beneficiária rural, o que achei de extrema importância para conhecer melhor estas mulheres de um local com características tão peculiares. A segunda parte da pesquisa indicou a relação das beneficiárias com o programa Bolsa Família e, por último, a terceira parte focou nas relações familiares e no cotidiano dessas mulheres.

Dessa forma, com as informações colhidas, pude traçar o perfil das beneficiárias de Douradinho, disposto no quadro nº 1 em anexo. Observa-se que a idade das beneficiárias pesquisadas concentra-se na faixa etária de 30 a 40 anos. Do total de mulheres 34 se declararam casadas, pois vivem na companhia de um homem, ou seja, percebi a existência de menos famílias com casamentos formais, “no papel”. Quando perguntei sobre o estado civil, grande parte delas me respondeu – *“a gente é amigado né?, sem casamento no papel”* - Isto nos mostra que, mesmo que na informalidade, persiste a prevalência de famílias nucleares, ou seja, prevalece o modelo de família triangular, formada pelos pais e filhos. Um dado interessante é que muitas relataram que o atual companheiro não é o pai de seus filhos ou de todos os filhos. Concluindo que novas uniões são realizadas quando o primeiro casamento se desfaz, seguindo a realidade de nossa sociedade. Os maridos “circulam”, mas os filhos permanecem com as mães. Dessa forma, conclui-se que estas famílias passam por momentos de monoparentalidade, colocando a mulher como a chefe da família. Esta realidade nos remete ao estudo de Vitale (2002) quando afirma que as famílias monoparentais não são, mas estão monoparentais, supondo neste processo, um rearranjo familiar com separações e recomposições de sentimentos e vínculos emocionais. A monoparentalidade *“não é um estado fixo e, portanto, deve ser captada no seu movimento, nas relações que se constroem e se desfazem”* (VITALE, 2002, p. 56)

Esta realidade pode ser observada nos depoimentos seguintes:

“O meu primeiro marido foi embora. Nem sei onde ele tá, nunca mais voltou. (nesse momento ela abaixou a cabeça e olhou pra baixo...) Depois conheci esse que ta comigo hoje. Ele é pai dos dois pequenos. Me ajuda muito. A gente vive bem...” (RCS – 39 anos).

“A gente é juntado né? Eu tenho três crianças, o pequeno é filho dele. O pai dos outros dois não ajuda com nada não...” (LC – 40 anos)

“Eu sou casada sim... mas meu marido foi embora, ta em Poços de Caldas. Ele não tem responsabilidade não..., crio os meninos sozinho.. Ele vem de vez em quando...”(CAR – 51 anos)

Ao contrário de muitas pesquisas urbanas que mostram que a beneficiária do PBF é solteira ou separada e que cria seus filhos sozinho; trinta e três mulheres pesquisadas contam com a presença de um companheiro para criar seus filhos. As outras três mulheres são viúvas. Não foi encontrada nenhuma beneficiária solteira.

Ao analisar a cor, no total de 36 mulheres beneficiárias, 12 eram negras. O que também nos faz repensar as pesquisas urbanas que nos mostram as negras como a maioria das beneficiárias. Ao contrário dessas pesquisas, estas beneficiárias rurais são na sua maioria brancas. Poderia imaginar que houvesse uma tentativa de branqueamento por parte das entrevistadas, mas não foi o que aconteceu, uma vez que não foi por auto-declaração. Esta predominância de mulheres brancas em Douradinho talvez possa ser explicada pela história da colonização do local. Segundo o escritor Ricardo Rebelllo, em seu estudo sobre a cidade de Machado, o Distrito de Douradinho foi povoado por famílias de origem portuguesa que eram os proprietários das grandes fazendas existentes no local. Os negros escravos que trabalharam nessas propriedades, migraram para a cidade, constituindo “guetos” em certos locais, como, por exemplo, as residências envolta da Praça de São Benedito em Machado. Na zona rural, especificamente no bairro de Douradinho prevaleceram as famílias dos fazendeiros, de predominância branca. Como já falei anteriormente, o povoado começa a partir da família Leite, sobrenome que tem origem portuguesa. Além disso, uma das famílias tradicionais de Douradinho, possui o sobrenome Morais, e, segundo Dona Madalena Morais, moradora de Douradinho, seus antecessores vieram da cidade de Morais em Portugal. Dessa forma, entende a predominância da população branca no Distrito de Douradinho.

Das mulheres entrevistadas 32 possuem o 1º grau incompleto, cursaram em sua maioria até a 4ª série primária. Apenas uma entrevistada possui o 2º grau completo, enquanto 2 são analfabetas. Achei interessante a presença de uma única mulher que está cursando faculdade. Esta é VDS, ela possui 3 filhos, é casada e trabalha como doméstica. Escolheu cursar Serviço Social pois segundo me disse tem vontade de trabalhar em prol da comunidade. Disse que trabalha todos os dias em uma casa de família, deixa os filhos na escola e na creche local. Cursa a faculdade à noite, indo para a cidade numa van coletiva. Também relatou que só foi possível ingressar na faculdade porque o marido a ajuda muito, ficando com os filhos à noite. Neste depoimento vemos a presença de uma rede de ajuda que conta com a presença do marido. Os vários autores que estudam redes, apontam

que este fenômeno historicamente acontece quando tarefas domésticas e o cuidado com os filhos são transferidos a outras mulheres, que podem ser as avós, tias, vizinhas ou babás das crianças – o que chama atenção é o envolvimento dos homens nesse processo, um fenômeno que vem se tornando também mais presente nos tempos atuais. A figura masculina passa a ser citada como co-responsável nos cuidados com os filhos. Esta realidade, que propõe o resgate da figura masculina, nos mostra como as relações familiares, mesmo que lentamente, estão sendo modificadas.

A beneficiária VDS é a única que trabalha como doméstica, fora de casa. O restante, equivalente a 35 mulheres são todas donas de casa, trabalham em sua própria casa. Não citaram nenhuma renda informal. Isto nos mostra um perfil muito tradicional no campo. Os homens trabalham fora, e as mulheres continuam trabalhando dentro das casas. Ao menos no período entre a entressafra do café. Na época da colheita do café que se concentra nos meses de maio a agosto, é o período em que estas mulheres vão para o campo. Isto nos mostra que quando há trabalho formal, elas também o executam, juntamente com o trabalho doméstico.

A maioria possui no máximo 5 filhos. Das entrevistadas 29 possuem de 1 a 5 filhos, e apenas 7 mulheres afirmaram ter mais que cinco filhos. Ainda que longe do perfil brasileiro, essa realidade demonstra certa queda no número de filhos. O número predominante de componentes que residem nas casas se concentra de 4 a 7 pessoas. O que nos mostra que as famílias seguem a tendência nacional e internacional de diminuição do número de filhos. As famílias são relativamente pequenas, uma vez que apenas 5 mulheres possuíam de 8 a 9 componentes morando na mesma residência. Estas famílias são formadas em sua maioria por pais e filhos, algumas possuem netos; geralmente filhos das filhas que engravidaram e permaneceram junto aos pais. Duas entrevistadas abrigam suas irmãs e seus sobrinhos em sua casa. *“minha irmã veio morar comigo quando ficou viúva, o marido morreu em um acidente”*. Uma das entrevistadas cuida do irmão deficiente que levou para morar junto de sua família. Tal situação nos reafirma o papel da mulher como a principal responsável pelo cuidado com os mais vulneráveis da família como as crianças e os deficientes. Predominando a idéia de que as atribuições femininas estão ligadas à casa e à família. Segundo Woortmann existe a idéia de que culturalmente *“a família doméstica é ‘assunto de mulher’ e a noção de que ‘parente é negócio de mulher’.*” Segundo este mesmo autor esta aglomeração de parentes maternos, incluindo irmãos, sobrinhos reflete a idéia de que, para as mulheres *“estar na casa de ‘seus parentes’ é o mesmo que estar em sua própria casa”*. Esta realidade transmitida nos estudos – já clássico – de Woortmann foi identificada no Distrito de Douradinho como demonstrado acima, nos dois casos em que as entrevistadas passaram a cuidar de

irmãos e sobrinhos. Além disso, como veremos nas falas que marcam a terceira parte das entrevistas, netos também aparecem neste cuidado. A presença de filhas que engravidaram e continuaram sob a proteção e o cuidado materno também se faz presente nas histórias das mulheres desta pesquisa.

A renda familiar se concentrou em 1 salário mínimo. Foram 17 entrevistadas que relataram receber cerca de 1 salário ao final do mês. Doze entrevistadas disseram que ganham menos de 1 salário, duas afirmaram ganhar um salário e meio e apenas duas mulheres afirmaram receber dois salários por mês.

Sendo assim, as famílias pesquisadas em Douradinho me mostraram uma realidade diferente da que imaginei. Não trabalham no regime da agricultura familiar. Logo, são famílias mais pobres. A grande maioria só tem trabalho nos meses da colheita do café que corresponde ao período que vai de maio a julho. Nesse período os ganhos podem chegar até a R\$5.000,00, dependendo da quantidade e do valor da saca de café. Fora desse período sobrevivem do trabalho dos maridos que, na sua maioria, também é exercido no campo. Eles trabalham por dia e recebem o equivalente a R\$ 30,00 por dia. Todas foram unânimes em frisar que este trabalho dos maridos é esporádico e acontece *“quando tem serviço em alguma fazenda aqui de Douradinho”*. Dessa forma, aproveitam o salário que ganham com a *“panha de café”* e compram roupas, sapatos, utensílios para casa e pagam as dívidas contraídas ao longo do ano. Uma das entrevistadas me disse que possui uma conta no mercadinho local. Ela compra tudo que precisa durante o ano neste mercado e paga apenas em maio, quando recebe o dinheiro da *“panha”*. Relataram que o dinheiro do Bolsa Família é de extrema importância pois é com ele que sobrevivem durante o resto do ano.

2.3.2 – Relações das beneficiárias com o PBF

Foram onze perguntas que me possibilitaram conhecer qual a relação dessas mulheres com o Programa Bolsa Família. Transcrevi as primeiras quatro perguntas que estão no quadro II em anexo. Com os dados colhidos, percebe-se que as primeiras informações sobre o Bolsa Família foram transmitidas na Escola. Segundo disseram, ficaram sabendo sobre o programa na Escola onde os filhos estudavam. As demais pesquisadas ficaram sabendo sobre o programa através da televisão e, por último, através da informação boca a boca.

O benefício é retirado por elas próprias na sua maioria. Existe um mercadinho local onde através do cartão elas retiram o dinheiro. Três entrevistadas disseram que as filhas retiram o benefício. Ou seja, trata-se de outras mulheres. Isto é interessante porque reforça o “olhar feminino” presente nessas decisões familiares.

“Sou eu ou minha filha que tira o dinheiro. Quando eu não posso ir, ela vai. Ela sabe como fazer.”(JDS)

A decisão sobre como será gasto e o que será comprado com o dinheiro recebido é para quase 100% das mulheres entrevistadas decidido unicamente por elas. Apenas uma das mulheres relatou que decide o que será comprado juntamente com o marido. Isto nos mostra que a renda oferece certo poder à mulher. Talvez não um poder que provoque grandes mudanças nas relações de gênero ou traga maior independência para estas mulheres, como mostrarei adiante, mas traz uma independência para decidir sobre o destino deste dinheiro.

O dinheiro recebido, segundo todas as entrevistadas, é usado na compra de material escolar, roupas e sapatos para os filhos. Também compram alimentos e utensílios para casa, além de pagarem contas de água, luz e gás. Dessa forma, percebemos que o destino do dinheiro é o mesmo que nos mostra as pesquisas com beneficiárias urbanas. É usado sempre para suprir as necessidades dos filhos e da casa.

“Eu compro as coisas pras crianças. Compro roupa, sapato, pago conta de luz, e compro alguma coisa que eles querem. Essa aqui agora quer um celular, mas vai ter que ser usado..., novo não da de jeito nenhum.” (ML)

Dessa forma, podemos entender que, como já discutido no item 2.3, o PBF termina, contraditoriamente, fortalecendo certo empoderamento da mulher, já que possibilita tomar atitudes segundo sua própria vontade. Podemos dizer que trata-se de um empoderamento econômico conseguido através da renda extra. No entanto, ao mesmo tempo, também acaba fortalecendo o papel de mãe e cuidadora, já que é ela quem recebe o benefício e o gasta com as despesas da casa e dos filhos.

As próximas sete perguntas se voltaram para as prováveis mudanças acontecidas nos relacionamentos interpessoais a partir do recebimento do benefício. Estas perguntas também estão distribuídas no questionário que se encontra em anexo ao final deste trabalho.

Quando perguntei se passaram a ser mais respeitadas por seus companheiros após receberem o benefício, 26 mulheres me responderam que o dinheiro não trouxe mais respeito por parte do companheiro já que eles também trabalhavam e ajudavam a sustentar os filhos. Tais afirmações nos mostram que o fato de receberem esta renda e poderem comprar algo sem a ajuda do marido não é o suficiente para se sentirem mais respeitadas em casa. Da mesma forma, que as tarefas domésticas continuam sendo executadas por elas próprias. Ou seja, o programa não trouxe mudanças significativas em seus cotidianos de gênero. Eles permaneceram os mesmos, com as mesmas atribuições, e com a mesma divisão sexual do trabalho. O trabalho externo continua função dos homens e o trabalho doméstico continua sendo responsabilidade exclusivamente feminina.

“Não me sinto mais respeitada não... Pra mim, isso continua a mesma coisa.. Eu faço tudo aqui dentro sozinha, lavo, passo, cozinho. Ele fica na roça né? Isto quando tem serviço..” (CLLA)

“Mais respeitada? (risos) Que nada.. Continua a mesma coisa..”

“Não mudou nada não.. Ficou tudo como era mesmo... Mas a gente se da bem.”

Quando recebem “ajuda”, são as filhas que as “ajudam”. Ao perguntar se os filhos contribuem com as atividades em casa, apenas uma das entrevistadas respondeu que os filhos também ajudam, as 35 mulheres restantes foram unânimes em dizer que os meninos vão trabalhar no campo, acompanhando o pai. Algumas riam dessa indagação pois para elas, homens e mulheres possuem trabalhos claramente divididos como podemos observar no depoimento de ILA:

“As minhas filhas me ajudam sim(...) Os meninos trabalham na lavoura quando aparece serviço, eles acompanham o pai deles, são homens né? Eles não fazem serviço de casa não...” (risos)

Esta realidade reproduz os papéis de gênero impostos a homens e mulheres ao longo dos anos. Reafirma o conceito de que ao homem cabe a ocupação dos espaços públicos, o trabalho externo. Para as mulheres fica o serviço da casa, restrito ao ambiente doméstico. Merece uma observação o fato de que quase todas disseram trabalhar na época da “panha de café”, ou seja, trabalham no campo quando há trabalho, acumulando o trabalho da casa nessa época. No entanto, os maridos não contribuem com as tarefas domésticas que são vistas como tarefas exclusivamente femininas, reproduzindo o “fazer feminino”. Este cotidiano reafirma o acúmulo de tarefas por parte das mulheres e a falta de compromisso do masculino com o trabalho doméstico. Mostra-nos que os

papéis de gênero continuam se repetindo e que as mulheres vivem uma dupla jornada de trabalho, mesmo na zona rural.

Ao perguntar se sentiam mais independentes para tomar decisões foram unânimes em dizer que não ganharam mais independência com o recebimento da renda. Afirmaram que o dinheiro ajuda muito, pois podem atender muitas necessidades dos filhos, mas não é o suficiente para se sentirem mais independentes. A partir dessas respostas, acredito que apenas a renda não seja o bastante para trazer independência. Esta relação de gênero que coloca a mulher como dependente do homem foi construída histórica e culturalmente. Romper com esta realidade demanda muito mais mudanças sociais que apenas o recebimento de uma renda possa trazer.

Foram unânimes também em afirmar que a relação com os vizinhos não foi alterada com o recebimento do benefício. Relataram que a relação continuou a mesma, já que a maior parte dos vizinhos também são beneficiários do PBF e estão todos na mesma situação.

Como já mencionado anteriormente os programas complementares não são executados em Douradinho, portanto não participam de palestras nem cursos de capacitação. Infelizmente estes programas não são praticados na cidade de Machado. Dessa forma, não foi possível avaliar se o programa contribui para tirar as mulheres do isolamento em que vivem. Os programas complementares tem o objetivo de desenvolver a auto-estima dessas mulheres e oferecer cursos onde poderiam se capacitar e quem sabe, adquirir mais independência. Da mesma forma também não participam de grupos sociais, nem de grupos de reúnam as beneficiárias. Os eventos sociais que algumas relataram participar se limitam aos eventos promovidos pelas igrejas as quais frequentam. Apenas uma entrevistada disse frequentar o grupo da terceira idade que existe no local. Também não acessam outros programas governamentais. Sendo assim, percebe-se uma vida muito reclusa, com pouca inserção social. Este é um dado importante que merece ser ressaltado.

Ao contrário da realidade que conheci e que me chamou a atenção para iniciar a pesquisa, as beneficiárias do Bolsa Família não são mulheres que se unem e articulam. As mulheres ativas do bairro tem uma renda maior que as mulheres pesquisadas, portanto não são beneficiárias deste programa. São mulheres que vivem de outras rendas, fruto do trabalho em suas próprias propriedades rurais. A grande líder do bairro, chamada Dona Madalena, sobrevive da pensão do marido que já faleceu, além disso, os filhos possuem uma pequena propriedade rural e todos sobrevivem dessa renda. Uma de suas filhas formou-se Enfermeira e trabalha no posto de saúde local. Assim como Dona Madalena, outras duas mulheres de destaque no local são Dinah e Climênia. Ambas são casadas e os maridos possuem propriedades rurais, todos trabalham no

regime da Agricultura Familiar, o que gera uma renda maior para estas famílias. Além disso, os filhos dos mesmos cursaram faculdades, se casaram e exercem profissões diversas como professores e profissionais liberais. Isto garante uma boa condição econômica a todos eles.

Dessa forma, as mulheres que me chamaram atenção, articuladas e ativas do bairro, que se unem para reivindicar melhores condições de vida para a população, pertencem às camadas médias de Douradinho. Esta realidade não foi sentida por mim, enquanto pesquisadora, nas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Entendemos que apenas a renda não seja significativa para trazer maior independência às mulheres, mas é um elemento a ser considerado. Em se tratando do PBF, estamos, na verdade, falando de valores pequenos, que não suprem nem as necessidades básicas com alimentação, vestuário, etc. A vida “vivida” por essas mulheres – e suas falas – demonstram a importância desse benefício, mas efetivamente não vem proporcionando maior inserção social das mulheres de Douradinho.

Outro dado que merece ser destacado é a falta de redes que proporcionem lazer ou interação social a essas mulheres. Apenas a Igreja é citada como espaço frequentado por elas, dessa forma, resalto aqui a importância da religião na vida das entrevistadas. Não houve relatos de religiões afro-descendentes. Citaram apenas as Igrejas Católica e Evangélica como as igrejas frequentadas. Um dado interessante é que como não incluí a pergunta sobre a religião, acabei recebendo tais informações quando citaram a Igreja como local frequentado. Dessa forma pude observar a grande quantidade de beneficiárias evangélicas. Número que vem crescendo pois Douradinho é tido como um local tipicamente católico. Este crescimento pode ser observado no relato a seguir:

“Eu só saio pra ir no culto do pastor Miranda. Eu era católica né? Depois fui um dia e gostei... Agora vou só no culto mesmo...” (LC)

2.3.3 – Relação das beneficiárias com suas famílias e a formação das redes

Na terceira parte das entrevistas procurei conhecer sobre a realidade familiar dessas mulheres abordando a presença das redes de ajuda mútua que também estudo neste trabalho. Estas foram perguntas abertas, onde eu, pesquisadora, pretendia dar espaço para que estas mulheres pudessem falar algo não pensado por mim.

Segundo me disseram, a família tem um papel central na vida dessas mulheres. Ou seja, enquanto um mecanismo de proteção social, continua a ter um valor central:

“A minha família é tudo pra mim”
“A família está em primeiro lugar”
“A gente se sente mais valorizada quando tem uma família”.

Em caso de necessidade recorrem aos próprios entes familiares, como a mãe, o pai, irmãos, sobrinhos - também foram citados a Secretaria do Trabalho e a Prefeitura. Algumas citaram os vizinhos. Os parentes que moram próximos à casa são pais, sogros, tios, sobrinhos e primos. No entanto, 19 entrevistadas disseram não contar com os parentes para criarem os filhos, contam apenas com o marido. Um realidade que vem crescendo e também pode ser observada nos estudos de Lia Canejo e na pesquisa para doutorado de Adriana Mesquita, ainda inédita.

Também relataram que os filhos mais velhos ajudam a cuidar dos irmãos menores, principalmente as filhas mais velhas. O que nos mostra a presença de uma rede de ajuda mútua, exemplificada nos casos da “Maternidade transferida” abordada no primeiro capítulo desta dissertação. Quando a mãe precisa sair de casa nos meses da “panha de café” deixa as crianças menores sob o cuidado de outras mulheres, reforçando o conceito de que “o cuidar” é uma tarefa feminina. Já para 15 entrevistadas a família ajuda bastante no cuidado com as crianças e em todas as necessidades da família, sendo estes membros a mãe, avó das crianças, o avô também foi citado por algumas entrevistadas, além de irmãs e tias. Esta realidade nos mostra a presença das ‘redes de parentesco’, estudadas por Woortmann e abordada também no primeiro capítulo desta dissertação. Nestas situações a família se envolve no cuidado com as crianças da família, criando uma rede de ajuda mútua que conta com a colaboração de todos os parentes.

As avós das crianças aparecem como principal “colaboradora” no cuidado com os filhos e na ajuda para resolver quaisquer problemas que possam enfrentar. O pai, avô das crianças, foi citado por 3 beneficiárias como a primeira pessoa a quem recorrem em caso de necessidade e quem sempre as ajuda prontamente. Segundo Klaas Woortmann (1987, p. 212) as avós “*são preferidas para esse papel, pois se espera que gostem da criança ‘igual como a mãe gosta’.*” Como assegurado por Sarti (2003, p.81), cuidar dos próprios netos, reforça o amor pelas crianças e fortalece os laços de sangue, como já citado no primeiro capítulo.

Dessa forma, as respostas mostram que as redes se concretizam na presença dos parentes. Estas mulheres contam com suas mães, avós das crianças para dividirem o cuidado com os filhos. Também relataram a responsabilidade dividida com os filhos mais velhos, sobretudo as filhas. Isto nos mostra um cotidiano feminino que é passado de geração em geração. Cabe às filhas mais velhas

cuidarem das crianças da família. O fazer feminino sempre presente nas relações familiares, reafirmando a posição da mulher na dinâmica familiar, como a responsável pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com os filhos.

“A minha filha mais velha me ajuda na casa, cuida do irmão pequeno...”(SACL)

“Quando preciso de ajuda, a gente se vira entre a gente aqui mesmo, as meninas maiores cuidam dos menores...” (AR)

“As meninas me ajudam muito, esta aqui limpa a casa e faz o almoço, a outra, chega da escola e arruma a cozinha.., eu não posso fazer muito por causa da dor que sinto nas pernas...” (MBP)

Quando perguntadas sobre quais preocupações têm com a família citaram o uso de drogas, o medo da violência, a saúde dos filhos e o futuro deles. Percebe-se como são preocupações encontradas na zona urbana também. Isto nos mostra uma realidade de Douradinho que reproduz a realidade urbana que preocupa a família, sobretudo os pais, diante do uso das drogas e do aumento da violência. Estas respostas vão de encontro à reivindicação da população para que um Posto Policial fosse implantado no local.

Para concluir minha entrevista perguntei se poderia descrever um dia comum em sua vida e não me surpreendi com as respostas. Todas passam o dia em meio às atribuições com a casa e o cuidado com os filhos. As saídas se limitam a levarem os filhos para a escola ou para creche. Também frequentam a Igreja, na sua maioria são evangélicas. O lazer se restringe a assistir televisão, ouvir o rádio ou papear com as vizinhas. As expectativas com relação ao futuro citadas pelas entrevistadas se resumem em garantir um futuro melhor para os filhos com estudo e trabalho.

Mais uma vez identifico o “fazer feminino” presente na vida dessas mulheres do campo. Os afazeres se limitam ao ambiente interno da casa e as saídas se concentram no cuidado com os filhos. Não participam das decisões da sociedade, não têm voz nos espaços públicos. Como disse anteriormente, as mulheres participativas que me chamaram a atenção correspondem às mulheres da classe média de Douradinho, mas não se encontram dentre as mulheres pesquisadas.

A partir da análise dos depoimentos colhidos observo que se mantém nos lares das beneficiárias do programam um poder interno à casa, afinal, são elas que decidem o que fazer com o dinheiro recebido, o que comprar para a casa ou para as crianças, bem como, as decisões que envolvem a vida dos filhos. Mas este poder já existia antes do recebimento do benefício pois é algo relacionado ao papel que lhe é atribuído enquanto responsável pelas tarefas que acontecem no

interior dos lares. Entendo também que apenas a renda talvez não seja suficiente para trazer um empoderamento para as mulheres pobres de nosso país. O programa Bolsa Família realmente não tem como objetivo alterar as relações de gênero. O objetivo do programa é diminuir a pobreza do país. Mas como oferece renda às mulheres poderia interferir nas relações de gênero dando mais independência a estas mulheres. No entanto, percebe-se que apenas a renda não seja o suficiente para alterar tais relações e tirar as mulheres dessa posição de subalternidade, ainda que seja uma importante dimensão. Além disso, romper com estas construções culturais e históricas que definem as atribuições de homens e mulheres na família e na sociedade não é tarefa fácil. Ainda mais quando as próprias políticas públicas, como este programa tão importante de transferência de renda, acabam reafirmando o papel da mulher como a figura responsável pelo cuidado com os filhos e sua ligação com o ambiente doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa corresponde ao primeiro trabalho sobre as beneficiárias rurais do Programa Bolsa Família, realizada na cidade de Machado –MG. Busquei analisar os rebatimentos que este importante programa de transferência de renda trouxe para a vida das mulheres rurais de Douradinho. Nessa trajetória optei por conhecer o perfil da beneficiária rural e as mudanças que este programa poderia ocasionar nas relações familiares dessas mulheres a partir do seu recebimento.

Ao ter contato com as mulheres beneficiárias do bairro de Douradinho esperava encontrar presente o protagonismo feminino que me despertou para esta pesquisa. No entanto, não pude observar este protagonismo, mas encontrei mulheres com ricas histórias de vida e um amor imenso em suas famílias.

Esta pesquisa mostrou-me que as famílias rurais permanecem organizadas majoritariamente sob um modelo tradicional de famílias nucleares, mas com momentos de monoparentalidade. No entanto, há mudanças significativas com relação ao papel do “pai” perante as crianças da família. Segundo os relatos colhidos, o homem vem se mostrando mais participativo no cuidado com as crianças, sendo apontado como principal colaborador na criação dos filhos. No entanto – e contraditoriamente –, com relação as tarefas domésticas, não foi citado nenhuma “colaboração masculina”, ou seja, as mulheres continuam sendo as responsáveis por estas tarefas, contando apenas com as filhas para dividirem estes serviços. Isto nos mostra que este “fazer feminino” continua sendo passado de geração em geração. Sendo possível concluir que apenas a renda e o fato de contribuir economicamente com o sustento da família, não abstem a mulher das obrigações que lhe foram atribuídas ao longo dos anos por uma construção cultural e histórica.

No campo da proteção social percebi que o Estado também age no local, suprindo em parte as necessidades de creches e escolas, mas as redes de ajuda mútua continuam sendo utilizadas por estas famílias como fonte de proteção social informal. Pude observar que as redes de parentesco são as mais presentes no local, sendo concretizadas por tias, irmãos, e, sobretudo pela presença das avós, reafirmando a mulher como a grande promotora da proteção social oferecida por este grupo. Algumas mulheres relataram terem “agregado” um irmão deficiente, uma irmã viúva, sobrinhos e netos à sua casa, ficando estes sob seus cuidados. Através dessas histórias, percebemos o protagonismo feminino presente nas relações familiares – especialmente àquelas voltadas para práticas do cuidado.

Com relação às expectativas quanto às mudanças que o Programa Bolsa Família poderia trazer na vida dessas mulheres, sobretudo nas relações familiares pude observar que: o programa traz certo poder econômico para estas mulheres já que podem decidir sobre o que fazer com o dinheiro recebido. O dinheiro do benefício, realmente é utilizado na compra de bens para casa e para os filhos. Como são elas próprias que recebem o dinheiro e decidem como gastá-lo, sentem a liberdade em tomar estas decisões. Além disso, relataram sobre a importância do dinheiro recebido enquanto fonte de sustento e alívio financeiro, mesmo considerando seu baixo valor. Os programas complementares não são realizados na cidade de Machado, logo, estas mulheres não participam de palestras, cursos de capacitação e demais atividades que poderiam contribuir com a auto-estima e a socialização dessas mulheres. Além disso, não participam de outros grupos sociais, vivendo uma vida muito reclusa socialmente, voltada exclusivamente para a família e suas necessidades. No entanto, toda esta dedicação à família e o amor que sentem por seus membros lhe confere um “poder familiar” que, como pude notar nos depoimentos, engrandece estas mulheres. Vale destacar que essa reclusão existe mesmo levando em conta que são pessoas que moram muito próximas. Talvez o fato de estarem muito envolvidas com as atividades do mundo privado faz com que os laços não se fortaleçam em relação aos seus vizinhos, formando uma rede muito frouxa. Ainda analisando esta reclusão, observei que muitas falaram do desejo de partir, mudar-se de Douradinho. Isto nos faz perceber que há uma possível dor que movimenta o desejo de fuga, uma vontade de mudança, *“uma saída para fora dos seus espaços e dos seus papéis”* (PERROT, 1999, p.522)

Diante dos resultados dessa pesquisa, posso afirmar que o programa Bolsa Família é efetivo enquanto política social já que atende seu grande objetivo que é trazer um alívio imediato para a pobreza. Ao oferecer renda às mulheres pobres de nosso país, busca contribuir para suprir as necessidades básicas dessas famílias, inclusive das famílias rurais pesquisadas. Percebe-se que são

as mesmas necessidades materiais da zona urbana como o consumo de alimentos, vestuários, e utensílios para casa. A possibilidade de realizar as compras necessárias com a liberdade que a renda extra lhe garante, contribui para que haja certo poder econômico para estas mulheres. Também podemos observar que as expectativas com relação ao futuro são as mesmas como “garantir um futuro melhor para os filhos através do estudo e do trabalho”.

No entanto, aumento da auto-estima e outras conquistas semelhantes não foram garantidas a partir da entrada no programa. O fato de participarem do programa não surtiu efeito em suas relações interpessoais, quer sejam as relações familiares ou com os vizinhos. Não se sentiram mais independentes nem mais respeitadas no ambiente familiar como esperávamos. O fato de receberem esta renda extra não trouxe nenhuma alteração nestas relações, segundo suas falas, elas permaneceram as mesmas. Embora seja importante reconhecer que essas saídas podem, a longo prazo, trazer modificações em suas vidas.

É preciso salientar também o fato de que o Programa Bolsa Família corresponde a um programa de transferência de renda que enfoca a mulher como principal beneficiária. Isso traz aspectos contraditórios. Como já analisado anteriormente, trata-se de uma política pública que vê a mulher como sujeito, mas contudo, reafirma o papel da mesma como a responsável pelo cuidado com os filhos. Isto contribui, inevitavelmente, para uma invisibilidade masculina, algo também apontado por Daguiomar Barbosa⁷ em relação ao campo da assistência social. Dessa forma, ressalto a importância de se conhecer a realidade desses sujeitos para os quais estas políticas são criadas. Não é objetivo do Programa Bolsa Família alterar as relações familiares ou mesmo as relações de gênero, mas poderia fazê-lo indiretamente. No entanto, podemos concluir que para que isso aconteça a figura masculina deveria ser incluída nesta política. A partir dessas observações, também podemos ressaltar que estes conceitos de gênero que colocam a mulher como a grande responsável pela criação dos filhos encontram-se arraigados nas políticas sociais implantadas em nosso país.⁸

Outra dado que devemos observar é que mesmo o valor do benefício sendo baixo, todas fizeram questão de ressaltar a importância do mesmo como fonte de sustento e alívio econômico.

Gostaria de finalizar esta dissertação ressaltando a importância de se ouvir os sujeitos sociais para os quais as políticas públicas são voltadas. Ter a oportunidade de analisar o programa Bolsa Família num contexto rural foi uma experiência enriquecedora pra mim. Como já relatado, esperava

⁷ Mestranda deste programa, orientada pela professora Rita Freitas e que tem como tema de seu projeto de mestrado “**MASCULINIDADES, GÊNERO E POBREZA:** o lugar do sujeito masculino na política de assistência social”.

⁸ Alguns estudos já existem discutindo gênero e políticas de transferência de renda, como o bolsa família. Cf. Suarez e Libardoni (2007) e Carloto (2007), entre outros.

encontrar um maior empoderamento por parte das mulheres pesquisadas – o campo me mostrou que estava enganada, mas de qualquer forma me mostrou as estratégias que estas vem construindo.

Como percebido ao longo desta pesquisa, a agricultura familiar permite um maior rendimento para as famílias que sobrevivem dela. Sendo assim, deveria-se ampliar este regime de trabalho no campo, através de maiores incentivos governamentais para compra ou mesmo parcerias em terras rurais, o que possibilitaria um acréscimo na renda familiar e melhores condições de vida no campo. Podemos concluir também a demanda de políticas sociais que levem em consideração as especificidades regionais, sobretudo as realidades de uma população rural.

Este trabalho também nos mostra a importância de uma intersetorialidade nas políticas públicas, levando em consideração a possibilidade de se unir políticas sociais como o PBF e as facilidades de programas voltados para o rural como o PRONAF⁹ por exemplo. Além disso, políticas que voltem seu olhar para as questões de gênero também são necessárias; incluir a figura masculina nos programas sociais voltados para as famílias seria importante para que mudanças positivas se efetivassem.

⁹ Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar que financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres. “Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família”, Família e juventude: uma questão de direitos (org.: Mione Sales et all), São Paulo: Cortez, 2004

ARIES, Philippe. História social da criança e da família, Rio de Janeiro, ed. Guanabara, 1975.

BARROS, Lia Canejo Diniz. Os Significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias do Badu. Niterói. 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Escola de Serviço Social – UFF, 2012.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. “Entrevistas individuais e grupais”, Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, Petrópolis: ed. Vozes, 2003.

BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados Providência (1890-1950). In: FRAISSE, G.; PERROT, M. A história das mulheres no Ocidente. O século XIX. Trad. De M. H. da C. Coelho, I.M. Vaquinhas, L. Ventura, G. Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994. (p. 435-477)

BOLSA FAMÍLIA. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 06 jul. 2011.

BOURDIEU, Pierre. “Compreender”, A Miséria do Mundo, Petrópolis: Vozes, 1988.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”, Usos e Abusos da História Oral, (org.: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.), Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. “Uma imagem ampliada”, A dominação masculina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999

BRASIL. CapacitaSuas Volume 1. SUAS: configurando os eixos de mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília (DF): MDS, 2008.

_____. CapacitaSuas Volume 2. Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília (DF): MDS, 2008.

_____. CapacitaSuas Volume 3. Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília (DF): MDS, 2008.

BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo. “O lugar da família na política social”, A família contemporânea em debate (org.: Maria do Carmo Brant), São Paulo: Cortez, 1995.

CARLOTO, Cássia Maria. “Gênero, políticas públicas e centralidade na família”, Revista Serviço Social e Sociedade, n. 86, São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Débora Jucely. “O empoderamento da mulher na agricultura familiar na cidade de Carvalhópolis-MG”. Projeto de qualificação apresentado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CASTEL, Robert. “Capítulo I: A Proteção Próxima”. In: As Metamorfoses da Questão Social (tradução de Iraci D. Peleti). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 (p.41-93).

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Suely Gomes. “Proteção Social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva”, Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 2, Florianópolis, 2002.

CRUZ NETO, Otávio. “O trabalho de campo como descoberta e criação”. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade, 18 ° ed. (org.: Maria Cecília de Souza Minayo). Petrópolis: Vozes ed., 1994.

DEERE, Carmem Diana, LEON, Magdalena. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DESSEN, Maria Auxiliadora e BRAZ, Marcela Pereira. “Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos”, Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, vol. 16 n ° 3, Brasília, 2000.

DI SABBATO, Alberto et al. Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres, Brasília : MDA, 2009. Disponível em www.mda.gov.br/portal/nead Acesso em: 02 abr. 2012.

DRAIBE, S. O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. Cadernos de Pesquisa (UNICAMP), n. 32, 1998.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do WelfareState. Revista Lua Nova, n.24,1991.

FALLER VITALE, Maria Amália. “Famílias monoparentais: indagações”, Revista Serviço Social e Sociedade, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Cláudia. “Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros”, Revista de Psicologia USP, n 2, vol. 13, São Paulo: USP-IP, 2000.

FONSECA, Cláudia. “Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica”, Revista Saúde e Sociedade, vol. 14, n. 2, 2005.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. “Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade – algumas reflexões a partir do Caso Acari”, Revista Serviço Social e Sociedade, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, Rita de Cássia Santos et all. “Famílias e Serviço Social – algumas reflexões para o debate”. Família e Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas (org.: Marco José de Oliveira Duarte e Mônica Maria Torres de Alencar), Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

GÓIS, João Bosco Hora. Reprodução da hierarquia entre os gêneros e a preocupação com as condições de vida das mulheres – A condição feminina no discurso do serviço social (1939-1950). Revista Gênero, vol.1, n.2, 2001.

GOMES, A. M. C. Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937). 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1979. v. 1. 360 p.

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE. Cidades. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acessado em 03 mar. 2012.

HISTÓRIA DA CIDADE. In: Prefeitura de Machado. Disponível em <http://www.prefeituramachado.mg.gov.br/>. Acessado em 25 jul. 2011.

LEFAUCHEUR, N. Maternidade, Família, Estado. In: PERROT, M. e DUBY, G. (org.:) História das Mulheres no Ocidente. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1994 (479-503).

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista, Rio de Janeiro: Vozes, 10 ° Ed., 2008. (Capítulos 1 e 2 – “A emergência do gênero” e “Gênero, sexualidade e poder”)

MANZINI-COUVRE, Maria de Lourdes. “A família, o ‘feminino’, a cidadania, e a subjetividade (um finale com Clarice Lispector)”, A família contemporânea em debate (org.: Maria do Carmo Brant), São Paulo: Cortez, 1995.

MELO, Hildete P. de; Di Sabbato, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: MDA/Nead, 2006. p. 47-87

MESQUITA, Adriana de Andrade. Proteção social na alta vulnerabilidade: O caso das famílias monoparentais femininas em análise. Rio de Janeiro. 2010. 73f. Projeto de qualificação (Doutorado em Políticas Públicas, Desenvolvimento e Estratégia) - Instituto de Economia - UFRJ, 2010.

MUNIZ, Jacqueline. “Feminino – a controvérsia do óbvio”, Physis, vol. 2, n ° 1, Rio de Janeiro: IMS/UERJ; Relume-Dumará, 1992.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, R. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. Economia, v. 4, n. 1, jan./jun. 2003.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A Trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. Revista Gênero, vol. 5, n.2, 2005.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Elogio da diferença: o feminino emergente. São Paulo: Brasiliense, 1992 (11-74).

PERROT, Michelle. “Sair”, História das Mulheres no Ocidente, (org.: Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1999.

REBELLO, Ricardo Moreira. O município de Machado até a virada do Milênio. Machado: 2006.

SANTOS, W. G. Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987

SARTI, Cynthia A. “Famílias enredadas”, Famílias: redes, laços e políticas públicas (org.: Ana Rojas Acosta e Maria Amália Faller Vitale), São Paulo: IEE/PUC, 2003.

SARTI, Cynthia. “A família como universo moral”, A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres, 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2003

SILVA, Midhã Ferreira. Chefia feminina domiciliar: Indicador de maior pobreza das mulheres?. Revista Gênero, vol.6, n.2, 2006.

SINGLY, François. “Conclusão – Famílias: primeira e segunda modernidade ocidentais”, Sociologia da família contemporânea, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

SISTEMA DE INDICADORES DE MACHADO. In: Portal ODM. Disponível em <http://www.portalodm.com.br/relatorios/mg/machado>. Acessado em: 25 jul. 2011.

SUÁREZ, Mireya e LIBARDONI, Marlene. “O impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres”, Avaliação de políticas e programas do MDS:

resultados, Volume II: Bolsa Família e Assistência Social (org.: Jeni Vaitsman e Rômulo Paes-Sousa), Brasília, DF: MED;SAGI, 2007.

SZYMANSKI. Heloisa. “Teorias e ‘teorias’ de famílias”, A família contemporânea em debate (org.: Maria do Carmo Brant), São Paulo: Cortez, 1995.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. “Arquivos: propostas metodológicas”, Usos & Abusos da História oral, (org.: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína), Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

VIANNA, M.L.T.W. A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan, 1988

WOORTMANN, Klaas. A família das mulheres, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

ANEXOS

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE I

1) PERFIL DAS BENEFICIÁRIAS

- a) Idade
- b) Cor
- c) Estado civil
- d) Escolaridade
- e) Profissão
- f) Tem filhos? Quantos
- g) Quantos residem na casa, e qual o grau de parentesco.
- h) Renda aproximada da família

PARTE II

2) **RELAÇÃO DAS BENEFICIÁRIAS COM O PBF**

- a) Como soube do programa?
- b) Quem retira o benefício mensalmente?
- c) Quem decide sobre como será gasto o dinheiro recebido?
- d) Com ou em que é gasto este dinheiro?
- e) Após o recebimento do benefício, passou a ser mais respeitada por seu companheiro ou por seus filhos?
- f) Se sente mais independente para tomar decisões?
- g) Como se dividem as tarefas em casa?
- h) Sua relação com seus vizinhos foi alterada após o recebimento dessa renda mensal?
- i) Tem acesso aos programas complementares do CRAS?
- j) Participa de algum grupo ou movimento social que reúna beneficiárias do PBF?
- k) Participa de eventos sociais? Já participava desses mesmos eventos antes de receber o benefício?

PARTE III

3) FAMÍLIAS, REDES E PROTEÇÃO SOCIAL

- l) A quem você recorre em caso de necessidade?
- m) O que significa a família para você?
- n) Quais são suas preocupações com sua família?
- o) Quais são os parentes próximos á sua casa?
- p) Conta com ajuda da família ou de amigos para criar seus filhos? Caso afirmativo, quem são essas pessoas?
- q) Você acessa outros programas ou redes, como igrejas, associações, CRAS, CREAS, etc.?

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está convidado a participar da pesquisa intitulada “Programa Bolsa Família: Mudanças e continuidades na vida das mulheres beneficiárias da cidade de Machado- MG” desenvolvida pela Mestranda Ana Paula Bernardes da Silva da Universidade Federal Fluminense, em ocasião do Curso de Mestrado em Políticas Sociais.

Sua participação não é obrigatória e ocorrerá através de entrevista gravada. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação comigo, a pesquisadora ou com a universidade que represento.

Comprometo-me a utilizar os dados obtidos na entrevista somente como elemento de análise para a minha Dissertação de Mestrado e em futuros trabalhos acadêmicos, ressaltando que será resguardada a identidade da entrevistada, a confidencialidade das informações e dos demais envolvidos no estudo.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Declaro que entendi a proposta da pesquisa e aceito participar da mesma. Esclareço também que:

- () Permito divulgar meu nome como um dos sujeitos pesquisados.
- () Não permito divulgar meu nome como um dos sujeitos pesquisados.

Machado, de de 2012

Entrevistada

ANEXO III

Quadro I

Perfil das Beneficiárias

	Nome	Idade	Cor	Estado civil	Escolaridade	Profissão	Qtde de filhos	Qtde de pessoas que residem na casa	Renda familiar
1	ILA	38	Negra	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	5	8	Menos de 1 salário
2	SACL	37	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	2	4	Menos de 1 salário
3	MBP	51	Negra	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	7	8	Não soube informar
4	MASS	56	Negra	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	3	4	1 salário
5	RAS	37	branca	viúva	1º grau incompleto	Dona de casa	5	6	1 salário
6	VSS	29	Negra	casada	3º grau incompleto	Doméstica	3	5	Menos de 1 salário
7	MLSA	44	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	2	4	Menos de 1 salário
8	TL	37	Negra	casada	analfabeta	Dona de casa	2	7	Menos de 1 salário
9	ESM	39	Negra	casada	analfabeta	Dona de casa	3	5	1 salário
10	AR	33	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	5	7	Menos de 1 sl.

11	CLLA	36	Negra	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	4	7	1 salário
12	ML	55	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	4	5	1 salário
13	EP	36	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	4	6	1 salário
14	CAR	51	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	5	5	Menos de 1 salário
15	RCS	39	Negra	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	9	9	1 salário
16	LC	31	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	1	3	1 salário
17	VCF	78	branca	viúva	1º grau incompleto	Dona de casa	2	3	1 salário
18	HMF	42	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	3	5	1 salário
19	VL	52	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	6	9	1 salário
20	VMS	29	branca	casada	2º grau incompleto	Dona de casa	1	3	Menos de 1 salário
21	VEB	35	Negra	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	3	5	1 salário
22	MJV	32	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	5	7	1 salário
23	JDSL	43	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	5	7	1 salário
24	WAMS	34	branca	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	4	6	1,5 salário
25	MAS	34	branca	casada	1º grau	Dona de casa	6	8	1,5

			a		incompleto	casa			salário
26	LC	40	branc a	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	3	5	2 salários
27	AAS	43	Negra	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	6	5	Menos de 1 salário
28	JD	35	branc a	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	5	7	Menos de 1 salário
29	RFC	32	Negra	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	2	4	Menos de 1 salário
30	MAL	34	branc a	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	5	7	1 salário
31	ML	39	branc a	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	6	6	1 salário
32	AR	32	Negra	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	2	4	1 salário
33	MLR	56	branc a	viúva	1º grau inc.	Dona casa	8	3	1 salário
34	AA	50	branc a	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	5	5	1,5 salário
35	IMSL	42	branc a	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	3	3	2 salários
36	SM	44	branc a	casada	1º grau incompleto	Dona de casa	2	4	Menos de 1 salário

ANEXO IV

Quadro II

Relação das Beneficiárias com o PBF

	Nome	Como soube do PBF	Quem retira o benefício	Quem decide sobre o que será comprado	Com o que gastam o dinheiro
1	ILA	TV	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação e remédios
2	SACL	Vizinho	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar, sapato e roupas
3	MBP	Vizinho	A filha	Ela e a filha	Alimentação, gás e água
4	MASS	Rádio	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar
5	RAS	TV	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação e gás
6	VSS	TV	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação e roupa
7	MLSA	TV	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar , coisas para as crianças
8	TL	Escola	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação, gás, luz, roupa
9	ESM	Boca a boca	Ela mesma	Ela mesma	Roupas e sapatos para as crianças
10	AR	TV	Ela mesma	Ela mesma	Luz, água e roupa
11	CLLA	Escola	Ela ou a filha	Ela ou a filha	Luz, roupa
12	ML	Escola	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar e roupa
13	EP	Escola	Ela mesma	Ela mesma	Fralda e leite
14	CAR	Escola	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação e coisas da casa
15	RCS	Vizinho	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar, roupa e sapato

16	LC	Boca a boca	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar
17	VCF	TV	A filha	A filha	Roupas e sapato para o filho
18	HMF	Escola	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar
19	VL	Radio	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação
20	VMS	TV	Ela mesma	Ela mesma, juntamente com o marido	Alimentação, material escolar, roupa e sapato
21	VEB	Escola	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar, roupa e sapato
22	MJV	TV	Ela mesma	Ela mesma	Conta de luz
23	JDSL	TV	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação, remédio, calçado
24	WAM S	Escola	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar
25	MAS	Escola	Ela mesma	Ela mesma	Roupa e sapato
26	LC	Boca a boca	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação
27	AAS	Escola	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar, gás e roupa
28	JD	TV	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação, remédio e calçado
29	RFC	Igreja	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar, água, luz, gás, remédio
30	MAL	Boca a boca	Ela mesma	Ela mesma	Bens para os filhos
31	ML	Boca a boca	Ela mesma	Ela mesma	Água e luz
32	AR	Boca a boca	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação e roupa
33	MLR	Vizinha	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação, roupa e remédio
34	AA	Rádio	Ela mesma	Ela mesma	Alimentação e

					remédio
35	IMSL	Escola	Ela mesma	Ela mesma	Material escolar
36	SM	Escola	Ela mesma	Ela mesma	Roupas e remédio